



PLAN TERR

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
MESTRADO PROFISSIONAL – PLAN TERR**

MONIRA SALES MATOS

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E O COOPERATIVISMO: O CASO DA
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA
FAMILIAR DO SUDOESTE DA BAHIA - COOPROAF NO TERRITÓRIO MÉDIO
RIO DAS CONTAS - BA**

FEIRA DE SANTANA/BA

2023

MONIRA SALES MATOS

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E O COOPERATIVISMO: O CASO DA
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA
FAMILIAR DO SUDOESTE DA BAHIA - COOPROAF NO TERRITÓRIO MÉDIO
RIO DAS CONTAS - BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR), em nível de Mestrado Profissional, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

Orientador: Prof. Dr. José Raimundo O. Lima

FEIRA DE SANTANA/BA

2023

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS

M382 Matos, Monira Sales

Desenvolvimento local e o cooperativismo: o caso da Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Sudoeste da Bahia – COOPROAF no território médio Rio de Contas - Ba / Monira Sales Matos. – 2023.

93 f.: il.

Orientador: José Raimundo O. Lima.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial - PLANTERR, Feira de Santana, 2023.

1. Cooperativismo. 2. Agricultura familiar. 3. Sertão – frutas nativas.
I. Título. II. Lima, José Raimundo O., orient. III. Universidade Estadual de Feira de Santana.

CDU 334.1 (814.22)


MONIRA SALES MATOS

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E O COOPERATIVISMO: O CASO DA COOPROAF NO
TERRITÓRIO MÉDIO RIO DE CONTAS-BA**

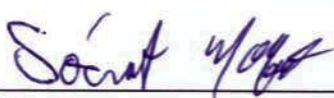
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR) da Universidade Estadual de Feira de Santana como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial.

Aprovada em 30 de maio de 2023.

BANCA EXAMINADORA


Orientador: Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Lima
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS/PLANTERR


Banca: Prof.^a Dr.^a Flávia Almeida Pita
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS/DCIS


Banca: Prof. Dr. Sócrates Jacobo Moquete Guzmán
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

Dedico este trabalho à Bruna Teixeira e minha Vovô Rosa, as flores mais lindas do meu jardim! Amarei vocês eternamente!

AGRADECIMENTOS

“Peitos fartos, filhos fortes, sonho semeando o mundo real.”

Marisa Monte, 2006.

Quero dedicar essa dissertação à Bruninha, minha irmãzinha, minha estrela, a pessoa que eu penso todos os dias desde que se foi, minha maior saudade, minha maior falta e minha maior dor. Todas as vezes que pensei em desistir desse mestrado eu lembrei de você, de como sempre foi forte e de como ficaria feliz de me vê mestre, de me vê vencer o meu transtorno de ansiedade generalizado, de ter vencido a mim mesma com tantas procrastinações, com tantos choros e com tanta vontade de descer desse mundo cruel. Sua falta nunca, nunca será entendida e a vida nunca mais será a mesma sem você. “Te amarei de janeiro a janeiro até o mundo acabar”.

A palavra é gratidão a Deus, que é o que me guia, protege, orienta, abençoa. Eu sei que passar nesse mestrado foi plano Dele.

Quero agradecer às minhas duas molas propulsoras, More (Wescley) e Laurinha (meu amor de todas as vidas). Com vocês a vida fica mais fácil, sempre serei por nós três, vocês são tudo o que tenho, tudo que eu sou, tudo que eu quero! More, obrigada por aguentar meu choro, minha chatice, minha falta de coragem, meus desânimos, obrigada por ser abrigo e morada, por ser amor.

Aos meu pais, pai você é meu maior incentivador, meu maior exemplo, meu amor, você é o que me faz existir, o que me dá prumo, a pessoa que eu sempre vou amar, que eu sempre sei que vai me apoiar em tudo. Você é minha pessoa no mundo. Eu sou você! Mãezinha como você é forte e como ter você é imprescindível. Amo vocês!

Aos meus amigos do mestrado “o tribunal do ódio” mais doce e amoroso que pude ter. Apoio, respeito, consideração... Quatro pessoas que só se viram uma vez e que representaram tanto, que foram coluna de sustentação, força, coragem e perseverança. Vocês são meus!!! Diego, James e Lucas!!! Somos mestres!!!!

A Dav (meu primo lindo) cuja essência e caráter são dignos de serem exaltados e aplaudidos.

Ao Professor Zé, que desde o início foi receptivo, encorajador, humano. Que isso jamais se perca em você! Obrigada por ser meu orientador e por tantas trocas.

A Omar (amigo, orientador, amigo, professor, amigo, colegas de profissão, amigo) você é incrível! Ao meu doce Jânio, sorriso mais lindo, coração encantador e deve ser o abraço mais aconchegante, obrigada professor!

À Akahyalla e Analú, vocês duas são apoio, colo, amizade carinho e amor. Obrigada por tanto e por tudo!

A Marcelo Kateb, cuja amizade é leve e doce!

Aos membros dessa banca, Flavia e Sócrates. Que honra ter vocês! Obrigada!

À Juci (Planter) que me auxiliou, orientou com calma, presteza e carinho.

O caminho se faz, caminhando.

RESUMO

O objetivo geral da pesquisa é explorar a relação entre a teoria do desenvolvimento local e o cooperativismo, a fim de entender como essas duas abordagens podem contribuir para o desenvolvimento de territórios de identidade. A pesquisa se concentra em um estudo de caso da Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Sudoeste da Bahia (COOPROAF) que atua na produção e comercialização de frutas nativas do sertão, especialmente o umbu, envolvendo agricultores e agricultoras locais do município de Manoel Vitorino. A escolha desse tema se justifica pela vivência da autora na cooperativa, nos ensinamentos e conhecimentos adquiridos cotidianamente, tal como em razão da importância do cooperativismo como uma ferramenta para promover a inclusão social e o desenvolvimento local, notadamente em regiões onde a agricultura familiar é uma atividade importante. A pesquisa busca, portanto, contribuir para a compreensão do papel das cooperativas, a fim de gerar subsídios para a elaboração de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento de organizações sociais nesse setor. A metodologia adotada na pesquisa inclui a pesquisa participante, em que se pode construir o trabalho junto ao grupo e o estudo de caso, com foco na COOPROAF. Os resultados e conclusões obtidos por meio da pesquisa foram limitados às particularidades da cooperativa em estudo, mas, ainda assim, podem gerar reflexões importantes sobre o papel do cooperativismo no desenvolvimento local. Recomenda-se, assim, que a pesquisa contribua para a elaboração de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento de cooperativas e outras organizações sociais nesse setor, promovendo o desenvolvimento econômico e social de regiões em que a agricultura familiar é uma atividade importante.

Palavras-chave: Desenvolvimento local; Cooperativismo; pesquisa participante; COOPROAF.

ABSTRACT

The overall objective of the research is to explore the relationship between local development theory and cooperativism in order to understand how these two approaches can contribute to the development of identity territories. The research focuses on a case study of the Cooperative of Production and Commercialization of Family Agriculture of the Southwest of Bahia (COOPROAF), which operates in the production and commercialization of native fruits from the sertão, especially umbu, involving local farmers in the municipality of Manoel Vitorino. The choice of this theme is justified by the author's experience in the cooperative, in the teachings and knowledge acquired on a daily basis, as well as because of the importance of cooperativism as a tool to promote social inclusion and local development, especially in regions where family agriculture is an important activity. The research seeks, therefore, to contribute to the understanding of the role of cooperatives in order to generate subsidies for the elaboration of public policies that encourage the development of social organizations in this sector. The methodology adopted in the research includes participant research, in which one can build the work together with the group, and the case study, focusing on COOPROAF. The results and conclusions obtained through the research were limited to the particularities of the cooperative under study, but, even so, they can generate important reflections on the role of cooperativism in local development. Thus, it is recommended that the research contributes to the elaboration of public policies that encourage the development of cooperatives and other social organizations in this sector, promoting the economic and social development of regions where family agriculture is an important activity.

Keywords: Local development; Cooperativism; participant research; COOPROAF.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 — Mapa do Território Médio Rio de Contas	54
Figura 2 — Funcionamento Agroindústria da COOPROAF	61
Figura 3 — Estrutura física da agroindústria da COOPROAF	62
Figura 4 — Estrutura organizacional da COOPROAF	63
Figura 5 — Registro dos cooperados em dia de Assembleia-geral	64
Figura 6 — Colaboradores da COOPROAF na fabricação de derivados do umbu ...	74
Figura 7 — Produtos elaborados pelo COOPROAF	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Estrutura da dissertação	20
Quadro 2 — Definições sobre cooperativismo	22
Quadro 3 — Os percursores e suas principais ideias sobre cooperativismo	24
Quadro 4 — Os sete princípios de Rochdale	27
Quadro 5 — Valores que fundamentam a doutrina cooperativista	29
Quadro 6 — Princípios do cooperativismo e suas modificações histórico-contextuais	31
Quadro 7 — Evolução do cooperativismo no Brasil	34
Quadro 8 — Formas de participação dos cooperados da COOPROAF	66

LISTA TABELAS

Tabela 1 — Cooperativas, cooperados e empregados: cenário atual do cooperativismo brasileiro (2012-2016)	36
Tabela 2 — Panorama geral do cooperativismo brasileiro por região.....	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 As gêneses do cooperativismo.....	21
2.2 Princípios cooperativistas.....	26
2.3 O Cooperativismo no Brasil	31
2.4 A Legislação cooperativista no Brasil.....	37
3 TRAJETÓRIA DA COOPROAF E SUA RELAÇÃO COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	39
3.1 Breve histórico sobre o desenvolvimento	39
3.2 Conceito de desenvolvimento local	41
3.3 Correlação entre o Cooperativismo e o desenvolvimento local	45
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	48
4.1 Quanto aos objetivos.....	49
4.2 Quanto aos procedimentos	50
4.3 Coleta de dados.....	51
4.4 Análise dos dados.....	53
4.5 Caracterização sobre a área de estudo	53
5 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS.....	56
5.1 Caracterização da COOPROAF	56
5.1.1 História	56
5.2 Estrutura física e organizacional da COOPROAF	61
5.2.1 Estrutura Física da COOPROAF.....	61
5.2.2 Estrutura organizacional da COOPROAF	62
5.3 Modelo de Gestão da COOPROAF.....	64
5.4 Atitudes da gestão da COOPROAF que a configuram como propulsora de desenvolvimento local	74
5.4.1 Atividades agroindustriais da COOPROAF	76
5.5 Problemas e entraves enfrentados pela COOPROAF	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS.....	81

1 INTRODUÇÃO

A presente investigação abordada o tema cooperativismo como promotor de desenvolvimento local, o qual representa um fenômeno oriundo de demandas existentes na sociedade. Tal processo conta com a participação de atores da coletividade civil distribuídos em suas diferentes formas e unidos por interesses comuns, capazes de alcançar desenvolvimento em detrimento de crescimento econômico.

Na visão de Pochmann (2017), o Brasil é um país para poucos, visto que a maioria das transformações ocorre sem mudanças de natureza estrutural, fato que bloqueia a inclusão plena dos cidadãos. Dessa forma, o autor ressalta que uma política inclusiva ampla e consistente que possa ter sucesso, atualmente no Brasil, e em um futuro imediato, faz-se necessário reconhecer os fracassos da integração social nacional.

O desenvolvimento local é uma área do conhecimento que lida com o desenvolvimento humano em seu aspecto quantitativo e qualitativo, que culmina nas diversas facetas das manifestações sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na economia, a questão territorial na sociologia, as políticas públicas no direito, o meio ambiente, as comunidades, dentre tantas outras possibilidades.

O cooperativismo é um modelo de organização social que cumpre um papel multidimensional e essencial para o desenvolvimento local, uma vez que é amparado nos pilares econômico, político, social e cultural. Por isso, contribui para a geração e distribuição de renda de forma igualitária e justa entre seus cooperados.

Assim, segundo Bialoskorski Neto (2012), o cooperativismo é um dos principais instrumentos para a promoção de desenvolvimento econômico e social por gerar e distribuir renda, além de promover desenvolvimento nas comunidades que o praticam. O contexto histórico do surgimento do cooperativismo se dá em um momento de grandes transformações em todas as esferas sociais, como a luta dos trabalhadores por melhores condições sociais e econômicas impostas pela “evolução” do capitalismo e crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento de pessoas.

Assim, impulsionado pela Revolução Industrial, o movimento cooperativista ganhou força e espalhou-se por todos os continentes, firmando-se como um movimento internacional que construiu seus próprios alicerces, consolidados em

características específicas, tais como a doutrina, os princípios, os valores e a legislação, elementos que o distingue de outros movimentos.

À vista disso, é que se faz necessária a reflexão que esta dissertação se propõe a suscitar, posto que se concentra sobre determinados aspectos teóricos e práticos do cooperativismo e das cooperativas, ponderando as transformações causadas e os impactos gerados na economia e na sociedade. Para tanto, aprecia o movimento cooperativista como um fator determinante do desenvolvimento local nos distintos espaços econômicos e sociais.

Assim, uma cooperativa precisa apropriar-se do papel de indutora de desenvolvimento e, por meio de um comportamento ético e transparente, proporcionar a transformação na vida das pessoas que a compõem. Essa ação consegue assegurar melhores condições para que esses indivíduos possam desenvolver suas atividades e, assim aumentar as oportunidades de alcançarem melhores condições de vida, de trabalho, de renda e bem-estar social. Tal transformação é possível mediante a contraposição que o cooperativismo propõe da valorização do capital econômico, impondo maior valorização do ser humano.

Interligando tudo isso, é essencial falar sobre os Territórios de Identidades da Bahia assunto ligado ao desenvolvimento local visto que são vinte e sete territórios, cada um com sua característica peculiar, no que tange costumes, cultura, economia, especialmente o território Médio Rio de Contas com 16 municípios onde o objeto de estudo está contido nele, temos assim as cidades de Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã, Jequié o maior polo, com zona de transição entre Caatinga, Vegetação Secundária e Contato Caatinga/Floresta Estacional compõem a cobertura natural do Território.

Nesse sentido, o propósito da pesquisa é, em uma visão macro, compreender a teoria do desenvolvimento local e as suas proposições positivas aos territórios de identidade, assim como o cooperativismo, aprender o seu desenvolvimento e suas particularidades, tais quais suas diversas possibilidades de articulação temática.

A justificativa para esse trabalho fundamenta-se no conhecimento que autora tem da cooperativa na ideia de que o cooperativismo tem-se apresentado como uma importante ferramenta propulsora de inclusão social e para o desenvolvimento local. A atuação das cooperativas tem gerado novas oportunidades aos envolvidos no processo, graças ao acolhimento dado aos pequenos agricultores, proporcionando

condições de inserção e ascensão em mercados institucionais, num ambiente mais competitivo no qual, como se sabe, de forma individual não haveria êxito.

Como hipótese, entende-se que as cooperativas fazem com que haja promoção de mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais na comunidade por ser um modelo que reúne o esforço e o benefício comum sustentados em princípios democráticos mais justos, sustentáveis e humanos.

A escolha do tema se dá pela percepção do cooperativismo como um modelo econômico que congrega, em seus fundamentos, condições de sustento e equilíbrio, principalmente entre os âmbitos sociais e econômicos, tornando-se, dessa maneira, relevantes as pesquisas acadêmicas que buscam vislumbrar os ambientes de atuação dos empreendimentos cooperativos, a fim de gerar uma compreensão de sua importância para o desenvolvimento local.

Conforme Fischer (2002), desenvolvimento é um conceito ou, mais especificamente, várias redes de conceitos que podem estar diretamente ligadas a adjetivos locais, integrados e sustentáveis. Segundo a autora, o desenvolvimento local nasce como uma proposta para incentivar o crescimento econômico com base nas características endógenas da comunidade, considerando suas interfaces multidimensionais e gerando sinergia na interação dos diferentes atores sociais.

De forma assertiva, concebe-se o território como uma apropriação social, um espaço socialmente organizado, o qual pode ser um bairro, uma rua, um município ou um aglomerado de cidades, cujo pré-requisito seja a sua organização voltada para a busca de um objetivo comum e engajado em uma agenda estratégica, pactuada com a sociedade. Na perspectiva de um ambiente local, em que o seu desenvolvimento esteja articulado com o protagonismo do associativismo e cooperativismo, podemos inferir que o “território” pode ser reformulado e construído.

Assim, pretende-se discutir e compreender, no referencial teórico, a concepção do desenvolvimento local como uma ferramenta estratégica que visa à melhoria das condições de vida da sociedade, especialmente de grupos formados por cooperativas. Ademais, será discutido o cooperativismo desde sua gênese até a contemporaneidade, por entender que o significado desse modelo organizacional reside no fato de que ele é um ordenamento capaz de mudar condutas e direcionar novos hábitos, ações, posturas e, principalmente, regras postas. Sabe-se que o acesso dos grupos às cooperativas, no geral, tem contribuído para o seu envolvimento na dinâmica do desenvolvimento contextual local.

É notável que o cooperativismo conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), no Estado baiano, tem-se apresentado como uma alternativa eficaz na dinâmica socioeconômica dos municípios, especialmente no meio rural, por ser um ambiente marcado pela presença de políticas públicas para atenuar a competitividade de mercado em relação a este grupo. Atualmente, os ramos cooperativistas que mais se destacam na Bahia são os relacionados ao trabalho, à agropecuária, ao crédito e ao transporte.

Dessarte, devido à Bahia concentrar um expressivo número de cooperativas, o trabalho foi desenvolvido com enfoque no Território Médio Rio das Contas, com uma cooperativa de produção de umbu. Cooperativa formada por mulheres negras, apenas com ensino fundamental I, mães solteiras, esquecidas pelo poder público, moradoras da cidade de Manoel Vitorino e desempregadas, mas, também, cooperativa de mulheres negras, fortes, valentes, destemidas, mães leões, com vontade de vencer na vida e a frente do seu tempo.

Elas se uniram no fundo, de uma paróquia conversaram e ali decidem fazer o nego bom de umbu, o que elas não sabiam é que teria que tomar um empréstimo de R\$ 1000,00 para dar comprar matéria-prima, pegar suas panelas, e cozinhar em baixo de uma árvore e sair de porta em porta para vender.

Arelado ao seu histórico de lutas e reconhecimento, a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Sudoeste da Bahia (COOPROAF) organização atuante em redes solidárias estaduais e nacionais, comercializa e beneficia frutas nativas do sertão como maracujá do mato, goiaba, jenipapo tendo como seu principal fruto o umbu, além de envolver agricultores e agricultoras locais do município de Manoel Vitorino.

É no decorrer do tempo que a história da valorização do umbu e das famílias de agricultores da cidade tem obtido o seu reconhecimento. No Brasil, a cooperativa utiliza um modelo de negócio e produção sustentável dentro dos princípios do cooperativismo e do comércio justo. No Nordeste, atualmente, a COOPROAF é referência na gestão cooperativista, no beneficiamento e na comercialização de produtos da agricultura familiar.

A oportunidade de conhecer a COOPROAF veio há anos com as atividades desenvolvidas desde a Incubadora Baiana de Empreendimentos Econômicos Solidários, há trabalhos desenvolvidos de assessoria técnica a empreendimentos

solidários, dentro da política pública dos Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL) no ano de 2013.

Neste âmbito, reconhecemos o protagonismo da cooperativa para com o desenvolvimento territorial. As atividades desenvolvidas na cadeia produtiva do Umbu, pela COOPROAF, protagonizam um exemplo a ser seguido no cooperativismo, visto que busca o desenvolvimento econômico, ambiental e das pessoas, convergindo para o desenvolvimento local do município de Manoel Vitorino.

A cooperativa em estudo tem sua relevância expressa na execução de políticas públicas tanto para agricultura familiar — Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) — como para parcerias com a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e com mulheres e a preservação do meio ambiente (conservação do umbuzeiro, plantio de espécies mais produtivas e compostagem).

Os princípios e ideias cooperativistas são práticas diárias dos cooperados da COOPROAF. As práticas produtivas deste grupo sempre estão alicerçadas na solidariedade, na democracia, na equidade, na valorização das pessoas em detrimento do capital. Tal comportamento, ao longo dos anos, foi capaz de promover um crescimento endógeno na COOPROAF, que se emancipou como instituição que empodera seus associados a ponto de possibilitar ao município de Manoel Vitorino um desenvolvimento local.

Os resultados e conclusões obtidos por meio desta pesquisa, ainda que limitados às particularidades de apenas uma cooperativa em estudo, geram respostas e subsídios para reflexão a respeito do cooperativismo como importante estratégia para impulsionar o desenvolvimento local. Com isso, contribuições para se elaborar programas e políticas públicas que estimulem, melhorem e incentivem de forma tão peculiar as organizações sociais nesse setor que tantos benefícios trazem para a agricultura familiar nos municípios.

A problemática da pesquisa consiste em entender se a COOPROAF, por intermédio da execução de políticas públicas, promove desenvolvimento local ao Território Médio Rio de Contas e especialmente ao município Manoel Vitorino no estado da Bahia.

Por conseguinte, de forma geral, busca-se compreender o cooperativismo praticado pela COOPROAF como mola propulsora de desenvolvimento local para o

município de Manoel Vitorino — BA. Especificamente, tem como objetivos caracterizar a COOPROAF (estrutura física e organizacional, modelo de gestão, aspectos constitutivos e a forma geral de funcionamento, conforme a lei e os princípios que regem o cooperativismo); descrever e analisar as políticas públicas executadas pela cooperativa; além de demonstrar os elementos que a configuram como agente impulsionador do desenvolvimento local. Estes objetivos visam a identificar e a atribuir à cooperativa a possibilidade de ser um agente capaz de gerar o desenvolvimento local.

Como hipótese do trabalho, considera-se que a cooperativa — executando política pública e mantendo uma gestão diferenciada com mais participação, equidade e valoração de seus associados — é capaz de promover o desenvolvimento local.

É notória a melhoria na qualidade de vida dos associados no que tange renda, expectativas de melhoras, sociabilidade dentre outros, essa certeza vem das conversas, relatos e livros financeiros da cooperativa. As atividades desenvolvidas pelos cooperados geram aumento de renda, desenvolvimento endógeno e pertencimento cooperativista a todos, de modo a ser exemplo para várias instituições que operam em rede com ela.

Muito embora represente um exemplo de avanço, a COOPROAF enfrenta desafios no desenvolvimento de suas atividades e na gestão. Pensamentos e objetivos individuais têm causado problemas interpessoais e proporcionado diminuição da participação das associadas nas atividades da cooperativa.

As atividades econômicas da cooperativa estão alicerçadas no mercado institucional (PAA e PNAE) onde 20% é do PNAE, 50% CONAB, 25% comércio local (derivados do Umbu, doces, compotas, balas e sucos concentrados) e 5% em feiras. É notório que para se manter no mercado competitivo, a COOPROAF precisa expandir a capilaridade e distribuição de seus produtos, no entanto, o advento da pandemia (Sars-Cov-19) retraiu os seus negócios, causando dificuldades financeiras à instituição.

Para buscar responder à problemática da pesquisa supracitada e os objetivos suscitados, o presente trabalho se compõe do capítulo um, que contém a caracterização e contextualização do tema, a descrição dos objetivos gerais e específicos, além da justificativa da pesquisa. No segundo capítulo da dissertação, por meio do levantamento bibliográfico, a apresentação e diferenciação dos conceitos de cooperativa, cooperativismo e cooperação, é explicado o contexto histórico do

moderno cooperativismo no mundo, seus princípios, valores e doutrinas. Ademais, fez-se o contexto histórico do cooperativismo brasileiro, os ramos de atuação, a legislação brasileira referente ao cooperativismo, a definição e a finalidade de uma organização cooperativa, bem como a classificação das cooperativas nacionais.

No terceiro capítulo, são feitas reflexões a respeito do desenvolvimento com base em uma perspectiva sistêmica e multidisciplinar atrelada a considerações sobre o desenvolvimento local e a relação do desenvolvimento local com o cooperativismo. Trata, ainda, das especificidades das cooperativas da agricultura familiar com o desenvolvimento local. Já no quarto capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados, assim como a fonte dos dados empregados para se alcançar os objetivos definidos para o presente trabalho. Nesse capítulo, também são apresentados os resultados do estudo de caso realizado na COOPROAF, tal como a discussão desses. Por fim, o quinto capítulo é destinado às considerações finais do estudo. Para melhor compreensão, segue demonstração esquemática da estrutura da dissertação no quadro 1, a seguir.

Quadro 1 — Estrutura da dissertação

Capítulo 1 – Introdução	Contextualização do tema Problema da pesquisa Objetivos da pesquisa Justificativa da pesquisa
Capítulo 2 – Referencial teórico	Gêneses do Cooperativismo Fundamentação Teórica e conceitual Princípios do cooperativismo
Capítulo 3 – Desenvolvimento local	Desenvolvimento Desenvolvimento Local
Capítulo 4 – Procedimentos metodológicos	Delineamento da pesquisa
Capítulo 5 – Resultados e análise de dados	Discussão sobre a COOPROAF
Capítulo 6 - Considerações finais	Conclusões
Referências	
Apêndices	

Fonte: elaborado pela autora (2022).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo foi estruturado em seções que apresentam o contexto histórico do cooperativismo, bem como a sua doutrina, seus princípios e valores. Para tanto, abordou-se, de igual forma, o cooperativismo brasileiro, seus conceitos e a classificação das cooperativas à luz da legislação nacional.

Dessa forma, busca-se mostrar a evolução do cooperativismo brasileiro e a importância das cooperativas como espaços de produção, comercialização e inserção de pequenos produtores da agricultura familiar nos mercados. Na oportunidade, houve uma explanação a respeito do cooperativismo na Bahia, mais precisamente no território Médio Rio de Contas e no município de Manoel Vitorino, mostrando as especificidades regionais do movimento cooperativista e da agricultura familiar.

2.1 As gêneses do cooperativismo

O cooperativismo surgiu como contraposto à Revolução Industrial que intensificou os problemas sociais, principalmente no que tange à esfera do trabalho. Criou-se um cenário competitivo com alta do desemprego, concentração de renda, exploração da jornada de trabalho, exclusão social e, ao mesmo tempo, aumento das incertezas e dos desafios impostos pela globalização da economia, já naquele período. Com isso, um grupo de trabalhadores que vivenciavam essas situações resolveu se organizar em cooperativas para conceber mecanismos capazes de atenuar os efeitos de um modelo econômico que marginalizava e afastava parcelas consideráveis da população da economia.

O cooperativismo tem sua gênese a partir da criação da cooperativa de consumo no distrito de Rochdale, na Inglaterra, no ano de 1844 e era conhecido como a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Essa Sociedade era composta por vinte e oito operários tecelões que lutavam contra o desemprego e a exclusão, conseqüentemente, a favor da instauração de uma situação mais igualitária. Apesar de outras experiências e relatos das demais cooperativas da época, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale é considerada referência para todo o movimento cooperativista mundial, de acordo com Rech (2000).

Entre os nomes que se destacam na doutrina cooperativista estão: Robert Ower, considerado o pai do cooperativismo, que sempre buscou combater o lucro e a

concorrência; Willian King, que se tornou médico de grande cultura e sensibilidade social, dedicando-se ao cooperativismo de consumo; Charles Fourier, idealizador das cooperativas integrais de produção, criando comunidades onde os associados tinham muito em comum; Louis Blanc, grande político que se preocupou com o direito ao trabalho, defendendo a liberdade baseada na educação geral e na formação moral da sociedade; Charles Gide, conhecido mundialmente por suas obras sobre economia, política e cooperativismo; John Bellers, que buscou organizar cooperativas de trabalho para acabar com o lucro e as indústrias inúteis; além de Philippe Buchez, criador de um cooperativismo autogestionado, independente do governo ou de ajuda externa.

O sentido etimológico da palavra cooperativa está atribuído ao verbo em latim *cooperare* que tem o significado de operar simultaneamente, oferecer colaboração, trabalhar em conjunto por um fim comum. O termo cooperativa é definido por Rios (1976) como sendo um modelo de estrutura organizacional, do qual resultam sociedades constituídas democraticamente para atingir fins específicos, isto é, uma associação autogestionária de indivíduos, regulada por princípios de igualdade no que diz respeito à propriedade, gestão e distribuição de recursos.

É importante dizer que a entidade que representa o movimento cooperativista mundialmente chama-se Aliança Cooperativa Internacional (ACI) (1995) que define cooperativa como uma associação autônoma de pessoas que se juntam, espontaneamente, para satisfazer anseios e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva gerida de forma democrática. A seguir, no quadro 2, demonstram-se algumas definições para o cooperativismo.

Quadro 2 — Definições sobre cooperativismo

Conceito	Definição
Sentido Literal	Cooperativa é uma sociedade ou empresa formada por membros de um certo grupo econômico ou social, que tem por objetivo exercer, em benefício comum, alguma atividade econômica.
Sentido Social	Cooperativa é uma associação de indivíduos com interesse e necessidades comuns, constituída economicamente e de maneira democrática, com livre participação e igualdade de direitos (PANZUTTI, <i>et al.</i> 2000).
Sentido Econômico	Cooperativa é um modelo de organização que tem em vista a promoção do ganho anual do associado (BOSCHI, 2000).

Conceito	Definição
Sentido Jurídico	Cooperativas são “uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos associados” (BRASIL, 1971, <i>on-line</i>).
Sentido Etimológico	A palavra cooperação vem do latim <i>cooperatio</i> , da raiz <i>opus</i> - significando obra, trabalho, é a prestação de ajuda para um fim comum.

Fonte: elaboração própria com base em Perim (2018).

O que distingue a existência da cooperação é fundamentalmente a liberdade de trabalhar em comunidade e grupos de modo a haver duas condições indispensáveis: a liberdade e a comunidade; o trabalho livre e o grupal. Para a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (2018), o cooperado/sócio é um profissional, ou seja, um produtor de alguma atividade econômica que se associa a uma cooperativa para desempenhar atividade econômica ou adquirir bens de consumo e/ou duráveis.

Segundo Bialoskorski Neto (2006), a cooperação e o cooperativismo existem desde a pré-história, notados em tribos indígenas e civilizações antigas, como os babilônicos, que já praticavam alguma forma de cooperação e associação solidária. Por outro lado, Rech (2000) afirma que foi a partir do surgimento da cooperativa de Rochdale que se tornou referência o movimento cooperativista no mundo. Em consonância a Rech (2000), Bialoskorski Neto (2006) considera esse fato como o marco do movimento cooperativista mundial.

Já Singer (2002) considera que o surgimento do cooperativismo foi uma resposta dos trabalhadores, no final do século XVIII, ao fato do capitalismo industrial ter provocado empobrecimento dos camponeses e artesãos, dado que, com o aumento dos maquinários e das novas formas de processos de trabalho, estabelecia-se uma rápida adaptação às novas relações de capital e trabalho por parte dos trabalhadores, obrigando-os a buscarem uma nova alternativa de trabalho.

Conforme Pinho (2004), essa primeira cooperativa reagiu às condições degradantes de trabalho a que estavam submetidas. Essa cooperativa foi fundamentada e organizada formalmente em princípios sociais bem definidos, recebendo o nome de Sociedade dos Pioneiros Pobres de Rochdale (Rochdale Society of Equitable Pioneers) e foi constituída com capital de apenas uma libra por cooperado.

Pinho (1982) assegura que os pioneiros de Rochdale inauguraram um armazém que foi organizado e administrado por essas normas estatutárias, cujos objetivos eram: a) constituição de capital para independência dos trabalhadores por meio de economias efetivadas com a compra em comum de gêneros alimentícios; b) construção de casas para prover habitação a preço de custo; c) constituição de estabelecimentos industriais e agrícolas no intuito de produzir direta e economicamente o que era vital para os operários desempregados ou com salários muito baixos; d) combate ao alcoolismo por meio da educação; e) transações comerciais apenas a dinheiro, para evitar o endividamento dos cooperados, já que enxergavam o crédito como um “mal social”; e f) cooperação total.

Percebe-se que o movimento cooperativista ganhou força nos países da Europa que vivenciavam praticamente a mesma realidade nos aspectos históricos, sociais e econômicos da época, como a Inglaterra, a França e a Alemanha. Para Schneider (2005), foi na França que o movimento de cooperativas ganhou potência, já na Alemanha, os destaques foram para as cooperativas de crédito.

Na opinião de Sales (2010), o movimento sofreu forte influência de um grupo de pensadores da época que se caracterizavam como tal por suas ideias de combate às desigualdades sociais ocasionadas pelo capitalismo. Essas ideias que pregavam a mudança do poder capitalista para o operário mediante a socialização da terra e dos meios de produção, bem como a superioridade do homem em qualquer relação produtiva, soaram para Marx e Engels (1998) como utópicas, visto que se entende o capital não transfere seu protagonismo para outrem; deste modo, os precursores do cooperativismo foram denominados de socialistas utópicos.

Dentre esses pioneiros destacam-se, em conformidade com Sales (2010), Robert Owen, (1772 – 1858), Charles Fourier (1772 – 1837), Philippe Joseph Benjamins Buchez (1796-1865), Louis Blanc (1812-1882) e Charles Gide (1847-1932). Destaca-se, no Quadro 3 adiante, as principais ideias defendidas por cada um desses predecessores supracitados:

Quadro 3 — Os precursores e suas principais ideias sobre cooperativismo

Precusores	Suas principais ideias
Robert Owen, (1772 – 1858)	Inglês, filho de artesãos. Via o homem como resultado do seu meio social e que só mediante a mudança do meio, o homem poderia ser modificado, porém, de maneira pacífica, gradativa e moderada, para que nenhuma parte do corpo político e nem do indivíduo padecesse com a mudança, recomendando a Escola enquanto meio para alcançar tal mudança. Combatia o lucro e a

Precusores	Suas principais ideias
	concorrência por julgá-los responsáveis pelos males e injustiças sociais. Um dos grandes influenciadores dos Pioneiros de Rochdale e é considerado o pai do Moderno Cooperativismo.
François Marie Charles Fourier (1772-1837)	Filho de comerciantes de tecidos na França, idealizava resolver os problemas sociais por meio de unidades autossuficientes, comunidades organizadas em regime cooperativos e comunitários, em que houvesse justiça e harmonia com serviços para atender a coletividade. Instituiu as cooperativas integrais de produção e criou as comunidades chamadas Falanstérios em que os associados tinham tudo em comum (tipo de colônia socialista e comunitária).
Philippe Joseph Benjamin Buchez (1796-1865)	Francês, médico e católico. Pregava a associação dos operários em cooperativa de produtores livres, sem exploração e sem espoliação, meios de acesso ao crédito e poupanças em comum, com obtenção de ganhos iguais para todos. Tais cooperativas deveriam ser organizadas com associados da mesma área profissional. O capital social da cooperativa deveria ser indivisível e inalienável. Defendia total independência das cooperativas, tanto do governo quanto de qualquer outra intervenção externa. Suas ideias são consideradas bases para o cooperativismo de trabalho.
Luis Blanc (1812-1882)	Francês, historiador, orador e político. Acreditava que o Estado deveria intervir para efetivar a associação dos operários nas chamadas fábricas sociais, a fim de que pudessem transformar o meio socioeconômico em que viviam, sendo indispensável fomentar a especialização desses trabalhadores. Tais fábricas deveriam ter estatutos próprios e respeitar o princípio da igualdade entre os cooperados.
Charles Gide (1847-1932)	Francês, foi professor de economia política em Lyon e na Universidade de Paris. É o fundador da Escola de Nimes, França, em 1886, a qual promoveu a doutrina cooperativista. Idealizava o cooperativismo como oposição ao <i>laissez-faire</i> capitalista. Considerado como o precursor do “corpo doutrinário” do cooperativismo mundial (sistematizou a doutrina cooperativista). Além da sua contribuição ao cooperativismo, também, é reconhecido mundialmente por outras obras sobre economia e política.

Fonte: elaboração própria com base em Perim (2018), Pinho (1966a, 1966b, 1977), Schallenberger (2003) e Schneider (2012a) com adaptações (2022).

As propostas de socialização contidas na doutrina cooperativista de Robert Owen, Charles Fourier e outros ideólogos do movimento, mesmo sendo consideradas como utópicas, mostraram-se capazes de promover a interação entre o movimento cooperativista e as forças propulsoras do capitalismo existentes no mercado, visto levar as cooperativas a atuarem dentro do mercado capitalista, sem perderem sua essência ao se caracterizarem como movimento social com capacidade de transformar a sociedade com cooperação e ajuda mútua.

Tais ideais surgem contra as desigualdades sociais provocadas pelo capitalismo e destacam a associação como ato emancipador da classe trabalhadora por meio da autoajuda, a subordinação do capital ao trabalho e a eliminação do lucro como objetivo e motivação principal da atividade econômica. A doutrina cooperativista, ao congrega pessoas com interesses em comum para buscar uma

saída que acolha o interesse da coletividade, provoca uma mudança no ambiente competitivo por meio da cooperação, fazendo surgir novas oportunidades de trabalho, dessa forma, atua como um vetor de negócios capaz de gerar melhorias para a vida das pessoas.

Em função da experiência dos Pioneiros de Rochdale, o cooperativismo se propagou pelo mundo capitalista e socialista configurando-se como uma possibilidade de organização do trabalho e da produção, expandindo-se em número de empreendimentos e objetos de atuação de acordo com o setor econômico e o segmento cooperativista, consolidando a ideia de que o cooperativismo e a cooperação, pela força que representa, é uma das maiores do mundo contemporâneo. O cooperativismo, assim, é uma ferramenta com capacidade de atenuar os traumas econômicos e sociais vividos pelos indivíduos, por isso, conforme Sales (2010), permanece frutificando em cooperativas de diversos ramos e atividades ao redor do mundo.

2.2 Princípios cooperativistas

Os princípios de Rochdale surgiram da experiência da cooperativa, cujos pioneiros eram mais realistas do que idealistas, devido ao próprio momento que estavam vivendo e, para isso, tinham como objetivo a construção de uma cooperativa que atendesse suas necessidades e sobrevivesse como um negócio. Eles elaboraram várias regras de conduta e procedimentos de organização que conduziram os negócios da associação. Portanto, pode-se compreender que os princípios cooperativistas são as principais características das cooperativas e delineiam com mais detalhes como elas devem proceder e operar. Assim, o estudo e a análise destes princípios são fundamentais para o entendimento dos princípios cooperativistas.

Os princípios cooperativos, que impregnaram a experiência dos pioneiros de Rochdale, foram assumidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), sob a égide dessa, passaram pelo crivo de diversos processos de reapreciação e de reformulação destinados a testarem a sua perenidade e a garantirem a sua eficácia. Como dito anteriormente, os princípios básicos do cooperativismo foram criados na Inglaterra pelos pioneiros de Rochdale, em 1844. As sucessivas reformulações realizadas pela ACI ocorreram — em 1937, em Paris, em 1966, em Viena e, em 1995, em Manchester/UK — para adequar tais princípios à realidade da economia mundial. As

cooperativas, mais do que qualquer outro modo de organização, tentaram combinar as teorias e os sistemas econômicos para ter um novo tipo de empreendimento (ALIANÇA..., 2019). Dessa forma, como supracitado, os princípios de Rochdale se tornaram a base do cooperativismo.

Desde então, esses princípios foram revisados e alterados três vezes (1937, 1966, 1995) com o intuito de modernizar o cooperativismo, manter sua relevância e adaptar o conceito do que pode ser classificado como cooperativa (MENDES, 2006). Em 1937, os três últimos princípios — neutralidade política e religiosa, vendas à vista e promoção da educação — perderam seu caráter obrigatório e passaram a ser apenas métodos. No ano de 1966, ocorreram mais mudanças, no Congresso da ACI de 1966, em Viena, os princípios cooperativistas foram aprovados para: 1) adesão livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social); 2) gestão democrática; 3) distribuição das sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; 4) taxa limitada de juros ao capital social; 5) constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral; 6) ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional (MENDES, 2006).

A terceira e última revisão dos princípios iniciou-se em 1988 e foi implantada em 1995, em Manchester/UK. Diferente das outras, essa revisão procurou ser mais profunda na questão da identidade das cooperativas. Com isso, a nova redação dos princípios cooperativistas, aprovada pela ACI, preocupou-se em dar uma definição formal e internacional. Desta forma, no ano de 1995, foi feita a última atualização, portanto, é sobre ela que a presente pesquisa está baseada, de acordo definição realizada pela Aliança Cooperativa Internacional (1995) dos sete princípios como originais de Rochdale, conforme demonstrado no Quadro 4, adiante.

Quadro 4 — Os sete princípios de Rochdale

Princípios	Significado
Adesão voluntária e livre	Acesso livre a qualquer pessoa, de forma voluntária, quanto à organização cooperativa que quer associar-se, tanto para ingressar, como para se desligar.
Gestão democrática e aberta	As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros. “Um homem, um voto”.
Participação econômica dos membros	Os membros contribuem equitativamente e democraticamente para o capital das suas cooperativas, respeitando deliberações da assembleia-geral, do regimento e do estatuto.
Autonomia e independência	São organizações autônomas, de ajuda mútua, sob controle dos membros. Fazem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, que conservem a autonomia da cooperativa.

Princípios	Significado
Educação, formação e informação	Devem promover a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, para que possam contribuir, eficazmente, no desenvolvimento das suas cooperativas.
Intercooperação	Servir de maneira mais eficaz aos seus membros e dando mais força ao movimento cooperativo, por meio da integração com outras cooperativas, trabalhando em conjunto, por meio das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.
Interesse pela comunidade	Trabalhar para o desenvolvimento sustentado das comunidades em que estão inseridas.

Fonte: elaboração própria com base em Aliança Cooperativa Internacional (1995).

Observa-se entre os princípios predominantes que, desde 1995 (Quadro 3), o primeiro, referente à adesão livre, prega a ideia de uma organização aberta a todas as pessoas, pautada pelo princípio da igualdade. Em continuidade, o segundo princípio sustenta-se em uma administração democrática de modo a permitir que quaisquer dos membros possam participar ativamente dela. Já o terceiro princípio parte do pressuposto de que o capital da cooperativa é uma propriedade comum, mediante contribuição equitativa. Ademais, o quarto preceito garante a autonomia da cooperativa por se tratar de uma organização mantida por meio de ajuda mútua.

Seguindo essa estrutura, tem-se o quinto princípio que prega a educação cooperativa entre seus membros a fim de que possam contribuir de forma eficaz na organização. O sexto princípio, por sua vez, tenta assegurar o trabalho conjunto entre as diferentes cooperativas. Por fim, o sétimo princípio preconiza o desenvolvimento sustentável da comunidade cooperativa, por si própria.

Dessa forma, nota-se que a evolução dos princípios cooperativistas foi acompanhada, ao longo do tempo, por consultas e discussões promovidas pela ACI entre teóricos do cooperativismo, dirigentes de cooperativas e representantes das organizações cooperativas locais em que há sempre muito debate antes de qualquer mudança. Dessarte, os princípios aludidos devem ser incorporados pela gestão, alargando em seus significados originais para se considerarem, as questões de planejamento, organização, direção e avaliação das cooperativas.

Diante do exposto, a cooperativa, especificamente a COOPROAF, objeto do presente estudo, é uma organização de pessoas que se fundamenta em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, possuidora de objetivos econômicos e sociais coletivos, na qual seus associados acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social

e preocupação pelo seu semelhante. O Quadro 5, a seguir, demonstra os valores que fundamentam a doutrina cooperativista.

Quadro 5 — Valores que fundamentam a doutrina cooperativista

Valores	Significado
Solidariedade	A ideia central consiste no compromisso, na responsabilidade recíproca entre as pessoas resultando em força conjunta e garantia do bem individual, sendo considerada como um tipo de reciprocidade obrigacional que se justifica pelo interesse comum. Consiste na prática da ajuda mútua, cooperar por significado, dar solidez ao empreendimento.
Liberdade	Consiste no direito de escolha de cada indivíduo quanto à organização cooperativa que quer associar-se, desde seu ingresso até sua saída, sendo garantido, enquanto cooperado, o direito de mover-se e expressar-se, conforme a sua vontade e consciência, desde que respeite os limites instituídos coletivamente.
Democracia	Pleno direito concedido ao associado em participar das atividades da cooperativa em todos os sentidos, sobretudo pela palavra e voto, implicando, em compensação, respeito às deliberações majoritárias. Sugere ainda acesso universal, sendo vedado qualquer tipo de discriminação. É o exercício da cidadania cooperativa.
Equidade	Garantia da igualdade de direitos, pelo julgamento justo e imparcial, tanto em aspectos econômicos como sociais.
Igualdade	Garantia da igualdade de direitos, pelo julgamento justo e imparcial, tanto em aspectos econômicos como sociais. Igualdade, para evitar qualquer tipo de segregação em virtude de condição socioeconômica, raça, gênero ou sexo, ideologia política, preferência religiosa, idade ou alguma diferente preferência ou característica pessoal. É garantido os mesmos direitos e obrigações a todos, sem exceção.
Responsabilidade	O cooperado assume total responsabilidade pela viabilidade do empreendimento, competindo-lhe atuar com a cooperativa e participar das atividades sociais, respondendo por seus atos, conduzindo-os com retidão moral e com respeito às regras de convivência coletivas.
Honestidade	Ser verdadeiro em toda sua maneira de viver, caráter probo, incorruptível, honradez, compostura.
Transparência	Conduta de clareza na cooperativa, não deixando brechas, ambiguidades que façam surgir dúvidas ou suspeitas.
Consciência socio ambiental	Compromisso com a comunidade em que está inserida, com o bem-estar dos indivíduos e com a proteção do meio ambiente, buscando o desenvolvimento socioeconômico, mas conservando o equilíbrio e os limites dos recursos naturais.

Fonte: elaboração própria com base em Perim (2018) com adaptações (2022)..

É muito importante salientar que o quinto e sétimo princípios cooperativistas evocam a temática do desenvolvimento local, conteúdo esse que, a seguir, buscará apresentar a correlação entre aqueles na cooperativa COOPROAF, aqui objeto de estudo.

Conforme corrobora Alves (2003), os princípios do cooperativismo, uma vez seguidos adequadamente, podem prestar uma grande contribuição para o

desenvolvimento econômico e social de uma região por meio do aumento das oportunidades de trabalho; da diminuição da desigualdade da renda; do fortalecimento das instituições democráticas; da defesa das liberdades individuais e da humanização das relações econômicas.

Desta forma, os princípios cooperativistas são a base do cooperativismo. São eles que estabelecem as regras de conduta das cooperativas, as quais precisa os compreender e seguir para o fundamental desenvolvimento das cooperativas (MENDES, 2006).

Em uma cooperativa existem elementos que regem a sua identidade, tais itens são os princípios, os valores e os fundamentos. De acordo com Schneider (2012b), o valor trata-se de uma maneira de ser, pensar e agir de determinado indivíduo ou grupo detentor de particularidades e fortes convicções. Dessa maneira, o ser e o valor não existem de forma separada e o valor é uma característica do ser humano que já alcançou sua própria identidade. Portanto, frente às afirmações supramencionadas, pode-se concluir que os valores são vivências morais, de caráter constante que formam a estrutura do pensamento e do comportamento dos cooperados e, consequentemente, das cooperativas.

Já no tocante aos valores, Schneider (2012b) assegura que são ideias e diretrizes fundamentais ao processo da cooperação e os princípios e os valores cooperativistas servem para motivar as pessoas e suas lideranças a lutarem contra o sistema de poder, a exploração e a dominação do capitalismo.

Em sua declaração sobre a identidade cooperativa a Aliança Cooperativa Internacional ACI (1995) afirmou que as cooperativas alicerçam-se em valores de ajuda e responsabilidade próprias, na democracia, na igualdade, na equidade e na solidariedade em valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelos outros, legado esse deixado pelos seus fundadores e partilhados pelos membros de cooperativas em todo o mundo. Assim, os valores correspondem ao modo de ser cooperativista, enquanto os princípios ao modo de agir dinamizando e efetivando a prática dos valores.

Desta forma, o diálogo entre os valores e os princípios com as ideais gerais formam os fundamentos doutrinários que solidificam e validam o cooperativismo. Isto posto, o maior mérito dos Pioneiros de Rochdale foi a concepção de normas e princípios conhecidos como os princípios cooperativistas que, mesmo reformulados, permanecem e compõem, até a atualidade, os sete princípios cooperativistas que

regem e unificam o cooperativismo mundial. É por meio dos seus princípios que se diferencia a organização cooperativa de outros tipos de organizações. O Quadro 6, adiante, apresenta as modificações histórico-contextuais dos princípios do cooperativismo.

Quadro 6 — Princípios do cooperativismo e suas modificações histórico-contextuais

Rochdale (1844)	Áustria (1966)	Manchester (1995)
Livre adesão	Livre adesão	Adesão livre e voluntária
Gestão democrática	Gestão democrática	Gestão democrática
Retorno proporcional das sobras	Limitação dos juros sobre capital	Participação econômica dos membros
Limitação dos juros sobre capital	Retorno proporcional das sobras	Autonomia e independência
Vendas efetuadas em dinheiro	Neutralidade política, religiosa e racial	Educação, formação e informação
Ampliação da educação dos membros	Cooperação entre cooperativas, em âmbitos local, regional e nacional	Intercooperação
Cooperativação incondicional	Educação Cooperativista permanente	Interesse pela comunidade

Fonte: adaptado de Schneider (1999).

Importante salientar que os sete princípios devem ser incorporados pela gestão alargando em seus significados originais a fim de se considerarem as questões de planejamento, organização, direção e avaliação das cooperativas.

2.3 O Cooperativismo no Brasil

Segundo os dados históricos a respeito do cooperativismo brasileiro, foi no ano de 1610, com os jesuítas presentes em território nacional que se constituiu os estados cooperativos integrais, mais precisamente na região da bacia dos Rios Paraguai, Paraná e Uruguai, ocupando áreas de Guaíra, no Paraná, das Missões, no Rio Grande do Sul e terras no Oeste de Santa Catarina nas quais tudo pertencia a todos, e as necessidades eram atendidas de forma coletiva, formando uma sociedade solidária fundamentada no trabalho coletivo e baseado na catequese e no auxílio mútuo.

Entretanto, nota-se que entre os séculos XVII a XIX, foi realizada também alguma forma de Cooperativismo nos quilombos formados por escravos fugitivos. Porém, o início realmente do vivenciamento cooperativista no Brasil veio com as experiências ocorridas entre colonos imigrantes europeus, entre 1842 e 1845, em Santa Catarina e, entre 1847 e 1890, no Paraná. Mediante o elencado, a ideia

colonialista e o reacionarismo foram as responsáveis por cessar essas primeiras experiências associativistas.

Ainda no tocante a essa questão, Abrantes (2004) explicita que a história do movimento cooperativista passou por cinco fases no Brasil. A primeira fase, denominada introdutória, segue até 1907 quando surge a primeira lei sobre o cooperativismo. Até essa data, ocorreram várias tentativas isoladas com base em algumas pessoas que traziam experiências de países nos quais o cooperativismo era praticado. Em continuidade, a segunda fase compreende o período entre 1907 e 1926, quando surgem as primeiras portarias, decretos e leis voltados exclusivamente para as cooperativas de crédito padrão Raiffeisen e bancos populares modelo Luzzati. Nesse período, o que existia, em verdade, era o sindicalismo-cooperativismo, tanto que algumas cooperativas surgiram como seções de sindicatos.

Ademais, a terceira fase abrangeu o período entre 1926 e 1964, quando foram elaboradas leis específicas sobre cooperativas desvinculando-as do sindicato. Nesse período, deve-se destaque ao ano de 1932 quando foi publicada uma lei que adotava os princípios da Aliança Cooperativa Internacional. Em relação aos anos anteriores, nesse período surgiram muitas cooperativas por todo o Brasil. Já a quarta fase compreendeu o período entre 1964 e 1988 quando, sob a influência da ditadura militar, o cooperativismo foi controlado pelo governo, sofrendo sérias restrições. No ano de 1971, foi promulgada a lei que rege as cooperativas brasileiras, a qual se encontra em vigor até os dias atuais. Na prática, essa lei inibe a organização e o funcionamento das cooperativas, principalmente por criar tributos e exigências que ainda não existiam.

Sabe-se que nesse momento da história as grandes cooperativas agropecuárias foram as mais privilegiadas com sócios de muito dinheiro e grandes proprietários de terras frustrando as pequenas propriedades que são à base da agricultura familiar. Por fim, a quinta fase, que se iniciou a partir de 1988, com a promulgação da nova Constituição Brasileira, conferiu maiores liberdades e condições para a associação entre pessoas.

Para Abrantes (2004, p. 50), essa fase coincide com as grandes mudanças estruturais ocorridas na economia mundial, especialmente após 1990, com a prevalência da doutrina neoliberal e as mudanças tecnológicas. Para o autor, do mesmo modo como ocorreu no século XIX, o aumento do desemprego está obrigando

as novas formas de trabalho e renda, assim, o cooperativismo tem se tornado uma boa alternativa, principalmente às cooperativas de trabalho.

Destaca-se, nessa última fase, a integração entre a universidade e a filosofia cooperativista. Para Pinho (2004), outro fato importante foi a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), com a finalidade de difundir a filosofia cooperativista e métodos modernos e eficazes de gestão.

Conforme Gaiger (2004), foram os imigrantes europeus, no final do século XIX, os responsáveis por introduzir o cooperativismo no Brasil, com destaque para as regiões Sul e Sudeste da mesma maneira que se deu nos países de origem, ou seja, como uma estratégia para superar as situações de flagrante desamparo em que os trabalhadores viviam.

A primeira cooperativa criada no Brasil foi no ramo de consumo e surgiu em Ouro Preto, Minas Gerais, sob a denominação de Sociedade dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 27 de outubro de 1889. O mesmo autor afirma que, em 1900, o Pe. Suíço jesuíta Theodor Amstad, diante da situação de exploração que se encontravam os agricultores no Rio Grande do Sul, reuniu aproximadamente 5.000 agricultores de origem italiana e alemã de diversos municípios e independente da igreja que frequentavam, no município de Feliz no Rio Grande do Sul e criou a Associação Interconfessional de Agricultores.

Theodor Amstad fundou, em 28 de dezembro de 1902, a Sociedade Cooperativa Caixa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis, atualmente conhecida como Sicredi Pioneira, é a primeira cooperativa de crédito da América Latina e a cooperativa mais antiga em funcionamento no Brasil. Logo após, Theodor Amstad ainda fundou mais 62 cooperativas de crédito que funcionam até hoje no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

É notável que todo avanço do cooperativismo no Brasil ocorreu de modo diferente nas macros regiões, variando segundo o tipo e a quantidade de cooperativa, conforme reitera Schneider (1981), em razão do acesso aos recursos, ao crédito, à assistência técnica, à comercialização e ao serviço de consumo.

Já para Silva *et al.* (2003), as diferenças regionais do cooperativismo brasileiro foram causadas, entre outros fatores, pela intensa influência de imigrantes — alemães, italianos e japoneses — que se instalaram nas regiões Sul e Sudeste, muitos dos quais já tinham uma certas experiências no campo do associativismo, o que serviu de base para a estruturação do cooperativismo em alicerces competitivos.

No ano de 1969, em Belo Horizonte, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, criou-se a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), órgão que representa o cooperativismo brasileiro em nível nacional, reconhecida juridicamente em 1971 pela Lei 5.764, diretriz essa que rege as atividades do cooperativismo, tornando-se, então, órgão técnico consultivo do governo responsável por unificar todas as Organizações das Cooperativas Estaduais (OCEs) existentes. Também é filiada à Organização das Cooperativas das Américas (OCA) e à Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

Todo o processo de autogestão marcou o cooperativismo brasileiro dos anos 80, levando a uma fase voltada tanto para a dinamização das atividades econômicas e grandes investimentos em novas tecnologias, quanto para estratégias de foco político mais concreto. Para as supracitadas autoras, nos últimos anos do século XX, o cooperativismo brasileiro passou por uma divisão apresentando-se atualmente sob dois formatos ideologicamente distintos de organização e de representação das forças sociais presentes no campo, a saber: o cooperativismo empresarial/tradicional e o cooperativismo popular/de resistência.

Pinho (2004) faz a evolução do cooperativismo brasileiro em oito fases, conforme demonstrado no Quadro 6, a seguir.

Quadro 7 — Evolução do cooperativismo no Brasil

Período	Principais acontecimentos
1878 a 1931	Surgimento das primeiras cooperativas de consumo (modelo de Rochdale) e de crédito. Foi nesse período, especialmente pela abolição da escravatura e difusão da legislação republicana que nasceu um ambiente propício ao florescimento do cooperativismo.
1932 a 1964	Aprovada a primeira Lei Cooperativa. Entre 1932 e 1965, o cooperativismo se solidificou no Brasil por meio do Decreto nº 22.239/1932, que constitui-se na primeira lei que embasou as principais características das organizações cooperativas, fundamentada na doutrina de Rochdale. Foram criadas inúmeras cooperativas, com destaque para as de produção (conhecidas como agrícolas, mistas ou trítcolas), que tinham em vista dar capilaridade às políticas agrícolas do Governo Federal.
1965 a 1970	Período de disputas internas, liquidação de quase todas as cooperativas de crédito, fortalecimento e liderança do cooperativismo agrícola (de produção). O Decreto-Lei 59/1966 foi destaque no período, pois conferiu forte controle estatal às cooperativas e suprimiu significativa parte dos incentivos fiscais que estas dispunham.
1971 a 1987	Período da Lei 5.764/1971 quando da fundação do sistema da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), reforma estrutural do cooperativismo e representação única. Superação do forte controle estatal e renovação legal, estrutural e instrumental.

Período	Principais acontecimentos
1988 a 1995	Período em que a Constituição Federal proíbe a interferência estatal em associações, autogestão do cooperativismo, grande crescimento das cooperativas de crédito e de trabalho. Porém, por conta da estagnação econômica desencadeada pela hiperinflação, houve forte crise do cooperativismo. Tal instabilidade também foi acentuada pela crise de identidade do cooperativismo internacional, que deixou uma lacuna pela implosão do socialismo (queda do Muro de Berlim, em 1989) e pela falência social do capitalismo, cuja lógica central é a economia de mercado.
1996 a 2002	Internacionalização do cooperativismo brasileiro, fortalecimento das Confederações de Crédito, criação de dois Bancos Cooperativos (BANSICREDI e BANCOOB) e do SESCOOP, e manifestação da vertente cooperativista da Economia Solidária. Forte participação do cooperativismo brasileiro na Aliança Cooperativa Internacional. Formalização do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), formalizado em 1995. A partir de 2003 em diante, inicia-se o período de ampliação do microcrédito cooperativo, multiplicidade de representação das cooperativas e criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (dentro da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE).

Fonte: elaboração própria baseada em Pinho (2004) com adaptações (2022).

Assim sendo, a distribuição desigual da presença e do peso econômico do cooperativismo demonstra, para Schneider (1981), a dinâmica do modelo de acumulação de capital em vigor no país, cuja particularidade principal é o desenvolvimento díspar da sociedade brasileira. Silva *et al.* (2003) observam que ainda que as práticas cooperativistas brasileiras apresentam certas discrepâncias — consequência de um modelo implementado de cima para baixo, desconectado das reais necessidades oriundas dos diversos segmentos sociais — nota-se que enquanto ideário, ganha força por meio de uma perspectiva positiva, reafirmando seu caráter de inclusão social.

O atual cenário do cooperativismo brasileiro depara-se com o desafio de tornar as cooperativas organizadas e preparadas para responderem às demandas sociais em sua área de atuação e, simultaneamente, desenvolverem-se em consonância com o cenário de um mercado altamente competitivo, de acordo Simioni *et al.* (2009).

O cooperativismo brasileiro ampliou-se pelos mais diversos segmentos do mercado brasileiro, tornando-se um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento, por exemplo, do agronegócio no Brasil. Muitas cooperativas foram criadas para aquisição de máquinas, implementos, adubos e sementes que seriam utilizadas pelos agricultores brasileiros que resultariam em rentabilidade e grandes safras. O movimento cooperativista está presente em todos os continentes do mundo, tendo suas atividades desenvolvidas de acordo com as particularidades de cada

região e agregando esforços para a realização dos objetivos da coletividade. A Tabela 1, adiante, apresenta o cenário geral do cooperativismo brasileiro, em números, nos últimos cinco anos.

Tabela 1 — Cooperativas, cooperados e empregados: cenário atual do cooperativismo brasileiro (2012-2016)

Ano	Quantidade cooperativas	Quantidade de cooperados	Empregos gerados
2012	6.587	10.400.000	77.000
2013	6.603	10.554.000	304.000
2014	6.800	11.500.000	340.000
2015	6.655	13.230.960	376.795
2016	6.751	12.721.177	370.275
2019	5.314	15.539.376	427.576

Fonte: elaboração própria com base em (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS..., 2018)

Conforme observado na Tabela 1, pode-se concluir que os números do cooperativismo brasileiro demonstram pequenas oscilações de um ano para outro, porém, considerando-se a atual conjuntura econômica brasileira, pode-se afirmar que os números são estáveis.

Na Tabela 2, que segue, mostra-se um cenário geral do cooperativismo brasileiro por regiões.

Tabela 2 — Panorama geral do cooperativismo brasileiro por região			
Região	Nº de cooperativas	Nº de cooperados	Empregados
Norte	1.153	169.372	11.186
Nordeste	1.423	519.411	20.866
Centro Oeste	812	693.775	21.195
Sudeste	2.462	5.627.498	118.410
Sul	910	5.932.140	200.397

Fonte: elaboração própria com base em Organização das Cooperativas Brasileiras (2018).

Conforme Tabela 2, ora apresentada, pode-se observar a disparidade das regiões sul e sudeste em relação às demais regiões brasileiras, tanto em quantidade de cooperativas e cooperados, como em empregos diretos gerados pelo cooperativismo. De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (2016), os estados líderes em números de cooperativas são: São Paulo, com 15,5%, seguido por Minas Gerais (11,1%), Bahia (10,4%) e Pará (7,3%).

Em consonância aos fatos supramencionados e atrelados ao presente objeto de estudo, temos a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Sudoeste da Bahia (COOPROAF), a Cooperativa Agropecuária Familiar

de Manoel Vitorino pertencente ao Território Médio Rio de Contas que está alinhada com os pensamentos de Rochdale (1844). Trata-se de uma instituição com características de adesão livre, gestão democrática e franca, participação econômica dos membros, autonomia, educação, formação e informação aos membros, intercooperação entre membros e outras cooperativas e principalmente interesses em atuar para a comunidade.

2.4 A Legislação cooperativista no Brasil

A evolução das leis cooperativistas no direito brasileiro teve sequência quando o governo do País começou a demonstrar interesse pela organização de cooperativas e outras formas de associativismo. Assim, foi editado o Decreto n.º 979, de 6 de janeiro de 1903, facultando a criação de sindicatos para a defesa dos profissionais da agricultura e da indústria.

No Artigo 10, do supramencionado diploma legal, houve a possibilidade da constituição de caixas de crédito e de cooperativas de produção e de consumo. Já em 1907, por meio do Decreto n.º 1.637, foi dado início ao tratamento legislativo das sociedades cooperativas sem as efetivas precisões ideológicas e doutrinárias. Essas cooperativas passaram a se cercar de maior consistência mediante a promulgação do Decreto n.º 22.239/1932. Na sequência, o Decreto-lei n.º 59/1966 define a Política Nacional de Cooperativismo e modifica as legislações anteriores, sendo posteriormente regulamentado pelo Decreto n.º 60.597/1967, o qual institucionaliza a criação do Conselho Nacional de Cooperativismo.

Já a Lei n.º 5.764/1971 determina, para a constituição e funcionamento de uma cooperativa, a existência dos seguintes órgãos sociais: a) Assembleia Geral dos Cooperados; b) Conselho Fiscal e a c) diretoria ou conselho de administração. Decorrido o período de quatro anos, após ser discutida e aprovada pelo Congresso Nacional, foi promulgada a Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, com a finalidade de definir a Política Nacional de Cooperativismo (ORGANIZAÇÃO..., 2019).

Instituído o regime jurídico das Sociedades Cooperativas, juntamente com a oficialização do acompanhamento estatal, sob a interveniência de órgãos criados e intitulados para a coordenação e tutelação do Sistema Cooperativo, com vigência até a nova Constituição Nacional. A partir de então, as sociedades cooperativas, juntamente com os órgãos próprios de representação, confederações, federações e

centrais passam a constituir efetivamente o Sistema Cooperativo Brasileiro, já sem a tutela governamental, assumindo a própria autodeterminação por meio de um processo que significa autogestão.

A cooperativa é, ao mesmo tempo, uma associação de pessoas (projeto social) e uma empresa econômica (projeto econômico). Por isso, diz-se que ela tem dupla natureza, visto que é considerada uma das formas mais avançadas de organização social. A Lei Cooperativista n.º 5.764 de 16/12/71, define a cooperativas, como uma sociedade de pessoas com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeita à falência, constituída para prestar serviços aos cooperados.

Contudo, só quando existe a cooperação entre os cooperados, na busca de solução para problemas por eles identificados, é que surge e se justifica a cooperativa como empresa. A Constituição Brasileira diz, em seu Artigo 5º, item XVIII: "A criação de associações e, na forma da Lei, a de cooperativas, independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento" (BRASIL, 1988, *on-line*). Isto representa maior liberdade às cooperativas, entretanto, delega ao cooperativismo uma enorme responsabilidade em relação ao seu futuro, o que, por consequência, demanda maior organização interna.

3 TRAJETÓRIA DA COOPROAF E SUA RELAÇÃO COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Conhecer a trajetória da COOPROAF nos possibilita confrontar as suas características com os conceitos do desenvolvimento local, como também ter percepção de avanços e desafios para esta qualidade de desenvolvimento. Desse modo, a discussão tem intuito de correlacionar o desenvolvimento local, para isso, seleciona autores mais atuais que enfatizam o fato de o desenvolvimento envolver outros fatores tão importantes quanto o crescimento econômico e a distribuição de renda.

Entende-se, destarte, que o desenvolvimento pode também ser possibilitado pelo comprometimento dos gestores das cooperativas em fortalecer aspectos sociais internos da organização, principalmente no tocante ao relacionamento com e entre cooperados.

3.1 Breve histórico sobre o desenvolvimento

Em concordância com as leituras previamente realizadas, existem duas correntes de pensamento econômico a respeito do tema desenvolvimento. Na primeira corrente, existe o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, enquanto que na segunda corrente, o crescimento é condição imprescindível para o desenvolvimento, porém, não é condição satisfatória.

O autor ora citado afirma que Harrod e Domar estão entre os que defendem a primeira corrente dos modelos de crescimento da tradição clássica e neoclássica. Na segunda corrente estão os economistas de orientação crítica, influenciados pela tradição marxista ou cepalina, que avaliam o crescimento como simples variação quantitativa do produto, enquanto que o desenvolvimento é caracterizado pelas transformações qualitativas no modo de vida dos indivíduos, instituições e estruturas produtivas.

Economistas como Raul Prebisch e Celso Furtado são um dos maiores exemplos dessa corrente. O desenvolvimento é definido como aumento do fluxo de renda real essencialmente, ou seja, acréscimo na quantidade de bens e serviços produzidos por unidade de tempo à disposição de determinada sociedade.

O mesmo autor mais atualizado em suas colocações, no ano 2000, afirma que rotineiramente a eficácia do sistema de produção tem sido avaliada como o principal indicador de desenvolvimento, contudo, outros aspectos estão sendo levados em consideração quanto aos indicadores que possam definir o sentido de desenvolvimento. Assim, esse indicador não é mais avaliado como condição satisfatória para que as necessidades elementares da população sejam atendidas, de modo que são observadas, conforme o autor supracitado, além de outras situações, a deterioração das condições de vida de uma massa populacional em decorrência de técnicas sofisticadas e desigualdades.

De outro modo, pode ocorrer a ampliação da disponibilidade de recursos, assim como a elevação dos padrões de vida, na ausência de alterações nos processos produtivos. Em estudos realizados por Vasconcellos (1989), o desenvolvimento deve ser resultado do crescimento econômico, desde que seja acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou melhor, deve incluir as alterações do arranjo produtivo, tal como da alocação dos recursos, que é justamente a visão que a autora aqui concorda, de maneira a gerar não somente melhores indicadores econômicos, mas também sociais.

Desta forma, para se obter um conceito do termo desenvolvimento é indispensável ter uma concepção do contexto histórico-social construído por cada sociedade, embora no centro desta compreensão esteja a questão da conquista de melhores condições de vida e acesso às melhorias por grande parte da população. Diante das leituras, percebe-se que o desenvolvimento não visa mais apenas a aumentar a oferta de produtos, mas uniformizar a oferta e a demanda que considere a economia sustentável.

Assim, visando a atender aos objetivos sociais, passa agora a equalizar o desenvolvimento da sociedade, de maneira sustentável. Apenas produzir e vender não atende mais a este novo modelo, visto que é preciso combinar qualidade de vida com sustentabilidade e desenvolvimento social.

O desenvolvimento surge em função das necessidades específicas de determinada comunidade, com vistas a buscar alternativas que proporcionem benefícios em todos os aspectos, sejam econômicos, sociais, políticos, culturais, dentre outros, gerando condições para que a comunidade torne-se parte no processo de desenvolvimento.

De fato, o desenvolvimento precisa centrar-se em promover o homem e seu bem-estar, promover a justiça e a acessibilidade necessária para fazer o homem viver com dignidade em seu meio social. Assim, diante do exposto, parte-se agora para o desenvolvimento local que é um dos temas da dissertação, a qual será discutida em um dos sub tópicos seguintes.

3.2 Conceito de desenvolvimento local

Franco (2000) discute que, no Brasil, quando se pensa em desenvolvimento local e/ou territorial, faz-se referência aos processos de desenvolvimento nos níveis municipal ou regional.

[...] o desenvolvimento local é um modo de promover o desenvolvimento que abarca várias dimensões e leva em conta o papel de vários fatores econômicos e extra econômicos para tornar dinâmicas potencialidades que podem ser identificadas quando focalizamos as atenções e os esforços numa unidade sócio territorial delimitada (FRANCO, 2000, p. 40).

A conceituação de desenvolvimento local tem como pressuposto a valorização das relações do ser humano com o local, a satisfação de suas necessidades básicas e sua autossustentação baseadas em ideias construídas dentro e pela própria comunidade por meio de suas potencialidades. Essa estratégia contempla alguns elementos basilares como inovação, criatividade, mobilização e iniciativas coletivas.

Avila (2006, p. 68, grifos do autor) pressupõe que

O “núcleo conceitual” do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento - a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus status quo de vida- das capacidades, competências e habilidades de uma “comunidade definida” - portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica -, no sentido de ela mesma - mediante ativa colaboração de agentes externos e internos - incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios - ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade [...].

O conceito de desenvolvimento local é definido, de acordo com Amaro (2009), como um processo de mudança situado numa determinada comunidade a qual

entende que precisa satisfazer uma lógica de participação, cidadania e democracia. O que se sabe é que o desenvolvimento local teve sua origem da Geografia Econômica, assim, o termo se destaca em relação ao desenvolvimento econômico por tratar de uma amplitude menor: o território, ganhando o protagonismo de sujeito do desenvolvimento, conforme destaca Cunha (2008, p. 56).

No Brasil, desde a década de 90, o tema desenvolvimento local tem despertado interesse e a atenção de várias pessoas, uma vez que a promulgação da Constituição Federal de 1988 instituiu a descentralização administrativa, passando aos municípios seus direitos além do amplo espaço adquirido dentro das políticas neoliberais. Neste sentido, começaram a surgir ações, parcerias e projetos com características voltadas para a proteção e promoção social; o acesso a direitos e inserção econômica; a moradia e trabalho, além de aspectos ambientais e sociais.

Cunha (2008) em seu trabalho apresenta uma inquietude quanto ao período em que o movimento em prol da discussão sobre o desenvolvimento local ocorreu. Outros autores também sugerem que a década teria sido entre 1970 e 1990. No entanto, todos concordam que o “local” passou de simples território passivo para um local de movimentos endógenos, cujo valor está na organização social e nos recursos humanos e naturais (DOWBOR, 1994).

No que se refere aos desafios do desenvolvimento local, o desenvolvimento das potencialidades de cada espaço é o maior desafio do desenvolvimento local em busca da minimização da pobreza, uma vez que a globalização dos mercados e o modelo de “crescimento econômico” adotado aumenta cada vez mais as diferenças sociais.

O desenvolvimento local tem um enfoque social, a partir do momento em que o indivíduo se torna protagonista e busca por combater as desigualdades sociais. Nesse aspecto, estimular as vocações regionais, locais e comunitárias — potencializando não somente as pessoas, como as competências, capacidades, habilidades de um determinado espaço territorial por meio também da ativação colaborativa de agentes externos e internos — promove o desenvolvimento da cultura da solidariedade, dado que ela se torna promotora de desenvolvimento no uso de suas potencialidades (AVILA, 2006).

Dentre as definições de Desenvolvimento Local aqui estudadas, corroboramos a defendida por Buarque (1999, p. 9), segundo a qual,

[...] um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organizacional social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

De forma ampla, o tema desenvolvimento local está imerso em proposições de políticas públicas que atuam junto ao combate às desigualdades sociais. O local possui relação com o território, com a base, delimitado-a e podendo significar também um espaço abstrato de relações sociais, no qual exista uma interação de grupos sociais que se articulam com finalidades comuns. A importância de recorrer ao âmbito local e ao desenvolvimento está explicitada na oportunidade de combater as questões sociais e estruturais contidas no atual contexto brasileiro.

Os autores aqui estudados declinam quatro justificativas para estudar o desenvolvimento local: a) desigualdade como fenômeno estrutural, b) descontinuidade das políticas públicas, c) desconsideração da política nacional sobre os projetos locais, e d) risco de criar sistemas informais, como forma de incluir questões que anteriormente já tinham sido excluídas dos sistemas oficiais de geração e distribuição de renda.

Nota-se que as teorias envolvendo o desenvolvimento local passaram por modificações devido ao cenário de declínio econômico nas grandes áreas, bem como pelo enfraquecimento do papel do Estado como único detentor das políticas econômicas e públicas (AMARAL FILHO, 2001). No Brasil, a pauta sobre desenvolvimento local começa com movimentos populares que impulsionaram a Constituição de 1988 e seu maior destaque aconteceu nos anos 90, mesmo com a amplitude de políticas neoliberais instaladas no país. Vários são os instrumentos que arrematam as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local, como os formulários, os arranjos institucionais, as parcerias público-privadas e a cooperação interministerial, dentre outros.

Em conformidade com os estudos de Amaral Filho (2001), a base do desenvolvimento local está inserida em três vertentes: evolucionismo, historicismo e estruturalismo. O evolucionismo se baseia nas sociedades mais avançadas e não leva

em consideração os aspectos que conduziram a formação social ou estimularam o desenvolvimento. O historicismo tem sua base histórica em cada localidade, ou seja, estuda a origem e projeta o futuro. Por fim, e não menos importante, a corrente estruturalista se baseia no estudo do local como forma de entender o aspecto global.

O desenvolvimento local possui três pilares, os quais se baseiam na preocupação com as necessidades das populações, na mobilização das necessidades locais e na visão integrada dos problemas e soluções. Ademais, Mendes (2006, p. 88) acrescenta que

[...]a proposta do desenvolvimento local é rediscutir qualidade de vida, não pelo processo de acumulação e sim pela oportunidade de realização do ser humano na integralidade de sua personalidade existencial.

Buarque (1999) em seus estudos propõe que o desenvolvimento local é um processo endógeno, presente em micro unidades de agrupamentos sociais responsável por promover e dinamizar a economia com a finalidade de obter qualidade de vida digna. Buarque (1999) baseia-se não somente na economia e nas políticas, mas também na representação singular de transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultado da mobilização da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.

Diante do exposto, percebe-se que o desenvolvimento deve aumentar as oportunidades sociais, a viabilidade e a competitividade da economia local ampliando a renda das pessoas e as formas de riqueza (BUARQUE, 1999).

Godard (1987, p. 139) afirma que:

[...] uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação entre seus atores. Também é conveniente particularizar a análise das formas de cooperação institucional ou voluntária que se produzem entre eles contanto que o objetivo seja o desenvolvimento local.

Conforme explicitado até o momento, o desenvolvimento local é um processo de transformação social, econômico, cultural e político em que os principais beneficiários são os cidadãos. Para que aconteça esse desenvolvimento, torna-se imprescindível que os cidadãos, ou seja, os atores locais participem efetivamente das questões que envolvem o meio local, além de estar por dentro do contexto global, da reestruturação produtiva das economias nacionais e das crises atuais.

Diante de tudo que foi exposto, é importante dizer que o desenvolvimento local surge também das próprias iniciativas locais, estimulado pela busca de novas alternativas frente à ruptura do modelo estruturalista, antes válido na formulação de políticas mais condizentes com o consenso dos atores e na busca de uma analogia própria para cada território (ALBUQUERQUE, 1998).

3.3 Correlação entre o Cooperativismo e o desenvolvimento local

Tanto o Cooperativismo quanto o desenvolvimento local dizem respeito à cooperação solidária. Reisdorfer (2014) afirma que as cooperativas nascem de interações sociais entre pessoas que se identificam pelas mesmas necessidades. A cooperação é vista como uma ação consciente e combinada entre os grupos associativos, assim, para ele, a cooperação volta-se tanto para definir ações e relações entre indivíduos como também para manter a organização institucional.

No caso de desenvolvimento local, Avila (2000) destaca que solidariedade cooperativa é uma coluna de sustentação do processo, seja para promover iniciativas de solidariedade ou para estabelecer consensos em processos de dinâmicas de sensibilização, mobilização, organização, ações conjuntas e planejamento. Sendo assim, para o supramencionado autor, a solidariedade apresenta-se como um estado de ânimo, em função de impressões, crenças e principalmente convicções, com isso, proporcionando um estado emotivo, consciente evolutivo para assumir ações de cooperação.

O desenvolvimento local pressupõe sempre uma comunidade ativa, cujas forças endógenas se manifestam, quando ocorrem o reconhecimento das potencialidades do local. Essas são fortalecidas mediante processos interativos para atingir futuros de aspiração comum (AVILA, 2000). Nesse caso, no lugar da cooperativa, a comunidade é que se transforma no próprio motor do processo de desenvolvimento. Boisier (2022) frisa que o desenvolvimento local, por ter natureza essencialmente humana e subjetiva e seguir a lógica territorial, pressupõe um movimento da comunidade, de caráter construtivo e multidimensional, exatamente por isso, de natureza integrada e complexa.

Os ciclos de desenvolvimento passam por diversas fases de crise e prosperidade nos países, regiões e cidades. Os movimentos que iniciaram a Teoria de Desenvolvimento Local começaram na Europa Ocidental, em meados da década

1980, quando a sociedade europeia foi forçada a se preocupar com o acelerado e significativo crescimento da população periférica (AVILA, 2006). A teoria de Desenvolvimento Local (DL) é uma abordagem que estabelece diretrizes fundamentais para analisar o contexto do processo de desenvolvimento.

O propósito do desenvolvimento local está relacionado à vocação do território no qual saberes locais, cultura e produção econômica são fatores endógenos, isto é, de dentro para fora, que podem ser transformados em potencialidades, conforme dinamismo próprio para o desenvolvimento do local. A dinâmica territorial se passa em um determinado local, sendo uma comunidade, uma região, municípios ou aglomerado de regiões previamente estabelecido por laços que o determinam como um território.

Essa dinâmica está caracterizada pela relação local/global e as empresas apresentam interface entre os aspectos locais e são impactadas por atividades globais. Assim, é necessário primeiro localizar a relação local/global para então se reduzir a distância entre os níveis global e local. Essa localização envolve a determinação de metas e caminhos nacionais que contribuam, simultaneamente, para a realização global dos objetivos de desenvolvimento sustentável e levem em consideração as prioridades, os desafios e as oportunidades locais.

Ainda a respeito da dinâmica de relação local/global na questão do Desenvolvimento Local e considerando que os objetivos do desenvolvimento sustentável têm uma dimensão global, a implementação de suas ações depende do nível de prioridade que os diferentes países lhes dão e de como as questões de sustentabilidade competem com os principais problemas de um país.

Diante do fato de que as condições de um país podem mudar para as condições atuais de outros, ou cadeias de suprimentos globais de *commodities* das quais as empresas dependem são interrompidas, a plataforma global é vital para facilitar a discussão, compartilhar experiências, gerar produtos científicos direcionados, assim como considerar meios para um desenvolvimento transformativo, adaptativo e resiliente.

A atuação dos atores (indivíduos, instituições locais, governos, *stakeholders*¹), é ponto de atenção na teoria do desenvolvimento local, pois esses sujeitos são os

¹ “[...] é um dos termos utilizados em diversas áreas como gestão de projetos, comunicação social administração e arquitetura de software referente às partes interessadas que devem estar de acordo com as práticas de governança corporativa executadas pela empresa”. Conferir em: Wikipédia

protagonistas para atuar e desenvolver políticas capazes de transformar o território mais competitivo, sustentável e evolutivo. Descrever sobre o desenvolvimento local (DL) com uma retórica linear é um equívoco.

Em conformidade aos autores supracitados, a visão holística tem carácter transversal para além da economia, pois são considerados os ativos antropológicos, culturais, sociais e políticos para análise do DL. A visão economicista limita-se a técnicas e modelos matemáticos económicos, já a visão heterodoxa está ligada intimamente aos mecanismos de mercado e coloca o capitalismo como vetor para o desenvolvimento local.

A pesquisa de Braga (2002) elenca características peculiares do desenvolvimento local endógeno em relação ao “localismo”, defendido pelo neoliberalismo em relação à divisão de trabalho. Assim, esse desenvolvimento é promovido por ações comunitárias; por atores locais que são os agentes de transformações; pela preponderância do “Capital social”, “Capital cultural”, “Capital sinérgico” e “Capital humano”, pelo “agenciamento de habilidades” e capacidade de “federar a produção”. Desta forma, todos são proprietários dos meios de produção, as relações são de reciprocidade, solidariedade e cooperação, por isso, fatores endógenos e “microeconômicos” do ambiente sinérgico são determinantes para alavancar micro e pequenas empresas, empresas em rede com eficiência, sustentabilidade e Governança Local.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conhecer a Cooproaf há mais de dez anos através da Incubadora Baiana de Empreendimentos Solidários como já supracitado, vivenciar o dia a dia da cooperativa, participar das reuniões, viajar até os distritos, colher os umbus no pé, ajudar a fazerem atas, prestar assessoria e criar vínculos de amizade fez desse grupo, não qualquer um, mas um empreendimento que fez com que buscasse conhecimento e experiências grandiosas.

Ao longo dos últimos anos, alguns autores têm trabalhado com a temática sobre o desenvolvimento local, no entanto, estaremos discorrendo sobre este tema de forma associativa com o cooperativismo. Elencamos algumas contribuições que alicerçam o cooperativismo como mola propulsora de desenvolvimento local.

Os procedimentos metodológicos adotados e a fonte dos dados empregados serão descritos a seguir. Tais procedimentos apresentam a classificação e a definição da pesquisa quanto à sua natureza, abordagem do problema, objetivos e procedimentos técnicos, técnica de coleta e análise de dados.

Contudo, é fundamental ressaltar a ideia de que a ciência nunca é neutra, mas objetiva e amplamente aceita, especialmente quando se pretende que a prática científica seja imparcial e objetiva. Desta forma, a pesquisa participante parte desse pressuposto, isso implica que a confiabilidade da ciência não depende apenas do rigor positivo do seu pensamento, mas da contribuição da sua prática na busca coletiva por conhecimentos que possam tornar o ser humano não apenas mais instruído e sábio, mas também mais justo, livre, crítico, criativo, participativo, co-responsável e solidário.

De acordo com Brandão e Streck (2006), a pesquisa participante não pode ser vista como uma prática única e homogênea, pois existe em diferentes tradições. Os autores reconhecem que as experiências pioneiras estão relacionadas a Orlando Fals Borda e a Paulo Freire, e que só podem ser compreendidas em suas origens quando relacionadas aos contextos sociais e políticos dos tempos em que foram instauradas, nos anos 70 e 80, na América Latina. Além disso, é observada uma vinculação histórica com projetos de emancipação social.

Há estudiosos que apontam as origens da pesquisa-ação nos estudos de Kurt Lewin e de outros cientistas sociais, nos Estados Unidos da América ou Europa. Outros citam trabalhos realizados ao redor da enquete operária de Karl Marx.

Para Brandão e Streck (2006, p. 22),

Muito embora os nomes de Marx e Lewin sejam os mais citados à esquerda e a direita, quando se trata de traçar fontes pioneiras da pesquisa participante, não é raro que todo um conjunto de cientistas sociais, de educadores e psicólogos criadores ou integrantes de alternativas de pesquisa e/ou de trabalhos pedagógicos e/ou sociais, com foco sobre uma participação mais ativa e algo mais crítico dos atores envolvidos, sejam lembrados como co-criadores dos fundamentos.

Conforme, Gajardo *apud* Soares e Ferreira (2006), a pesquisa participante tem sua origem na América Latina, especialmente no âmbito educacional, além disso, teve como marco a experiência-piloto de pesquisa temática criada e implementada por Paulo Freire, na década de 60. Outra possível origem da pesquisa participante está relacionada aos estudos etnográficos, como o realizado por Bronislaw Malinowski, com os nativos de Nova Guiné, no início do século XX. No Brasil, a pesquisa participante tem uma ligação indireta com processos de ação política e pedagógica do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que buscam a libertação.

Brandão (1998, p. 43) define a pesquisa participante como uma metodologia que busca incentivar o desenvolvimento autônomo em função das bases e de uma relativa independência do exterior. Já para Le Boterf (1984), na pesquisa participante, a população envolvida objetiva identificar seus problemas, analisá-los e buscar soluções adequadas. É importante destacar que os participantes não têm suas funções reduzidas a apenas delegar tarefas, pois todos são detentores do conhecimento produzido e colaboradores na pesquisa.

4.1 Quanto aos objetivos

A fim de alcançar os objetivos propostos, a pesquisa possui caráter exploratório e descritivo. A pesquisa exploratória é caracterizada pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias com o objetivo de proporcionar uma visão geral. Segundo Gil (2007), a pesquisa exploratória permite aproximação com o problema, tornando-o explícito.

Já a característica da pesquisa descritiva tem por finalidade registrar um objeto de estudo e o que será feito. Boaventura (2009) afirma que esse tipo de pesquisa busca identificar as particularidades de determinada população. De forma geral, a

pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou variáveis sem que exista sua manipulação. A pesquisa investiga as várias situações e semelhanças que ocorrem na vida social, política, econômica e diversos aspectos do comportamento humano, individualmente ou em comunidades e grupos.

4.2 Quanto aos procedimentos

Quanto aos procedimentos para a elaboração dessa dissertação, foi adotada a pesquisa bibliográfica. Esse procedimento é realizado por meio do levantamento de referências teóricas, já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, livros e artigos científicos. Essa técnica foi utilizada desde a realização do projeto, bem como durante a construção do referencial teórico dessa pesquisa.

Adotou-se também a pesquisa documental que se mostrou como ferramenta adequada para a presente dissertação, conforme ressalta Gil (2007), esse tipo de pesquisa recorre a fontes mais diferenciadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, relatórios de empresas, vídeos institucionais e de programas de televisão, entre outros.

Ademais, foi realizado um trabalho de campo, com a finalidade de se obter as informações por meio de visitas constantes, participações em feiras da agricultura familiar, eventos do dia D do cooperativismo, mutirões, reuniões de territórios. Ainda, é importante frisar que as visitas à cooperativa ocorreram desde 2013 quando era técnica do Centro Público de Economia Solidária.

A pesquisa de campo é caracterizada pela pesquisa bibliográfica e/ou documental, bem como pela coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (GIL, 2007). Nesta etapa, já em campo, na COOPROAF foi permitido o acesso ao estatuto, fotos, projetos encerrados e em andamento, além de atas de assembleia. Outro procedimento adotado foi o estudo de caso, pois já que se pretendia estudar apenas uma única organização, a COOPROAF, o estudo de caso se mostrou o meio mais adequado para se atingir os objetivos propostos pela pesquisa.

O estudo de caso é citado por Alves-Mazzotti (2006) como sendo o mais adequado quando se pretende estudar apenas uma unidade, um indivíduo, um pequeno grupo ou uma organização, pois possibilita um aprofundamento no objeto

selecionado. Ademais, esse tipo de pesquisa busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro do contexto vivido.

O estudo de caso é o método mais adequado quando se trata de responder a questões “como” e “por que” (RICHARDSON, 2000) por sua vez Gil (2008), afirma que esse método possibilita o estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento. Neste mesmo sentido, Yin (2001) salienta que o estudo de caso pode ser aplicado para explicar relações causais mais complexas. O autor ainda acrescenta que, apesar de não ser possível fazer generalizações estatísticas dele, as generalizações analíticas têm grande validade.

Desta forma, o método se mostra adequado aos objetivos da presente pesquisa a fim de que o estudo de caso tenha rigor científico e seja confiável, uma vez que Yin (2001) afirma ser necessário elaborar um protocolo. O protocolo constitui um conjunto de códigos, menções e procedimentos suficientes para se replicar o estudo ou aplicá-lo em outro caso. Além disso, ele dá condições práticas para testar a confiabilidade do estudo, posto que oferece segurança de que a pesquisa foi planejada e que seus resultados possibilitam explicações sobre a realidade investigada (RICHARDSON, 2000).

A fim de atingir o objetivo de estudo proposto foi adotada uma abordagem qualitativa que não busca medir os fatos estudados, nem utiliza instrumental estatístico na análise dos dados, mas parte de questões ou focos de interesses amplos que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Dessa forma, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com o caso estudado, busca compreender os fenômenos conforme a perspectiva dos sujeitos da situação em estudo.

É por meio dessa abordagem que se apresentam narrativas individuais e testemunhos de acontecimentos do presente e do passado que expõem o histórico da COOPROAF, o funcionamento, as atividades desenvolvidas pela cooperativa, as relações e intercâmbios existentes, as práticas da gestão da cooperativa, tal como expectativas e interesses.

4.3 Coleta de dados

Os dados para a realização desta pesquisa foram colhidos *in loco*, como também por meio da utilização de pesquisa documental. Os documentos de registro e gestão da cooperativa, como os documentos de gestão das atividades desenvolvidas na agroindústria e as anotações de assessoria técnica registrados pelo centro público de economia solidária do Médio Rio de Contas, formaram a base de análise.

Nessa etapa da pesquisa, foi permitido o acesso ao estatuto, aos projetos em andamento e às atas de assembleias da COOPROAF, porém, não tivemos permissão para acessar documentos do setor financeiro e nem contábil. Tal fato foi motivado, principalmente, em razão de a pesquisa ter sido realizada em um momento de troca na gestão da cooperativa, com isso, muitas informações foram perdidas ou não haviam registros, o que inviabilizou o acesso, limitando a análise proposta. Foram colhidos dados sobre: história de constituição, estatuto, estrutura organizacional e administrativa, modelo de gestão, processo produtivo, entre outras informações e atividades desenvolvidas pela cooperativa.

A coleta de dados, segundo Pádua (2000), tem o objetivo de congregar os dados relacionados ao problema a ser pesquisado. Foi usado um diário de campo que serviu para registrar as observações feitas no transcorrer das visitas realizadas à cooperativa, com observações acerca da rotina do grupo.

Os dados coletados nos documentos e observações foram analisados. A análise do conteúdo foi feita em três fases: análise inicial; a exploração do material e o tratamento dos resultados com interpretação. Nessa etapa, foi feita a exploração das observações e dos documentos fornecidos pela cooperativa, análise das informações coletadas no trabalho de campo, além de pesquisa junto a *sítes* e a artigos técnicos sobre o assunto que, de acordo com Yin (2001), auxiliam na evidência das informações que foram obtidas por intermédio de outras fontes.

Realizou-se visitas à cooperativa pela pesquisadora, com o consentimento dos dois sócios fundadores da cooperativa, Marilda dos Santos e Geovani Ferreira Araújo, presidente e gestor respectivamente. Além de sócios que estão diretamente envolvidos, ambos participam ativamente da vida organizacional da COOPROAF. Em síntese, foi adotada a triangulação de técnicas como estratégia de coleta de dados, os quais foram obtidos mediante pesquisa documental. A comparação de diferentes fontes de dados é utilizada como complementar e têm a finalidade de validação dos resultados.

4.4 Análise dos dados

Os dados coletados nos documentos e observações foram analisados segundo a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977). A referida autora a define como um conjunto de técnicas de comunicações que utilizam objetivos de descrição do conteúdo das mensagens e dos procedimentos sistemáticos. A autora considera, ainda, que a análise de conteúdo possui três fases: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados, com inferência e interpretação.

Nesta etapa, foi feita a exploração das observações e dos documentos fornecidos pela cooperativa, a análise das informações coletadas no trabalho de campo, além de pesquisa junto a *sites* e a artigos técnicos sobre o assunto que, segundo Yin (2001), ajudam a evidenciar informações que foram obtidas por intermédio de outras fontes.

4.5 Caracterização sobre a área de estudo

A sede principal da COOPROAF fica localizada em Manoel Vitorino, cidade de 16.706 habitantes, sendo 6.799 moradores da área urbana e 9.927 da área rural do município. A exemplo da maioria dos municípios do semiárido nordestino, a população está concentrada na área rural, como demonstra os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), correspondendo a uma área de aproximadamente 2.231.63 km². Os municípios que integram o espaço do semiárido se caracterizam pela baixa pluviosidade, escassez e irregularidade na precipitação de chuvas, altas temperaturas, baixa umidade (INSTITUTO..., 2010). Ademais, sua vegetação é seca além de solos deficientes em matéria orgânica.

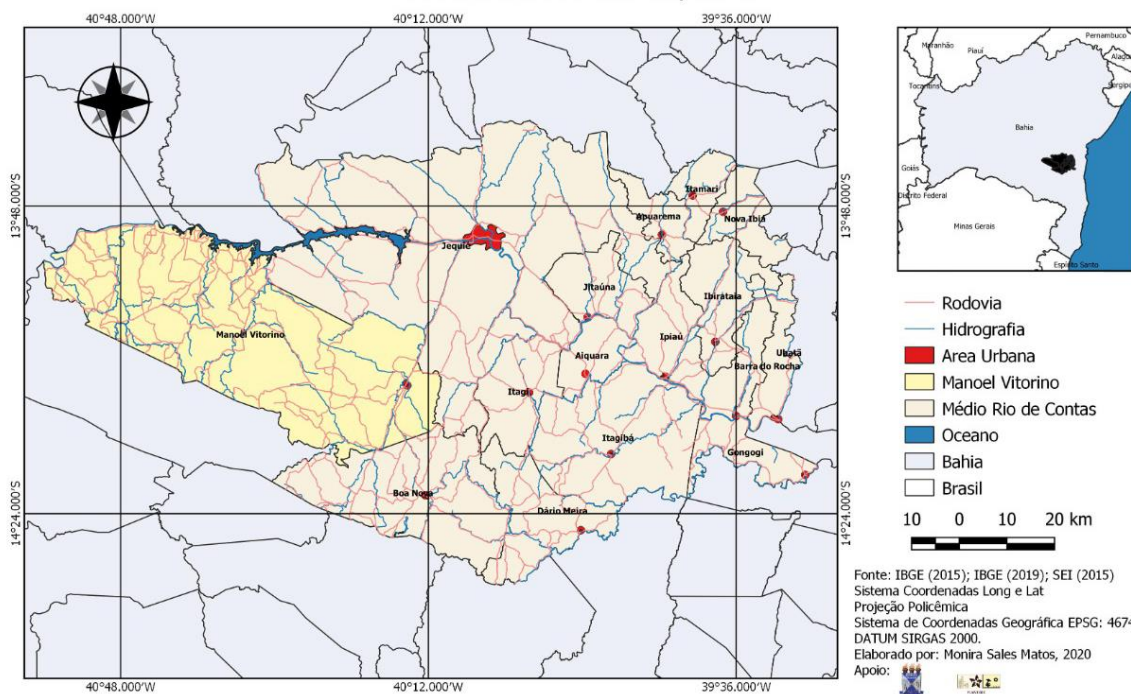
Na região de clima semiárido e subúmido seco, como a cidade de Manoel Vitorino, os períodos de seca ocorrem com frequência. O fenômeno natural da seca contribui para a presença de desequilíbrios sociais e econômicos e para a desorganização da estrutura produtiva da região de semiárido. Dessa forma, a escassez de chuvas dificulta a percepção das diferenças físicas, climáticas e ambientais, assim como da diversidade biológica existente na realidade complexa da região. Um aspecto relevante é a convivência com o semiárido. Os grupos, as associações e as cooperativas precisaram conviver com o clima, cuja concepção da

convivência deve contribuir para o debate sobre uma nova perspectiva do desenvolvimento.

O estudo tem como *lôcus* o Território de Identidade Médio Rio das Contas, no estado da Bahia, na Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Sudoeste da Bahia (COOPROAF), situada no município de Manoel Vitorino. Além disso, o estudo se realizará com as três agroindústrias localizadas nesse território de acordo com a Figura 1, a seguir.

Figura 1 — Mapa do Território Médio Rio de Contas

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MANOEL VITORINO NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE MÉDIO RIO DE CONTAS, 2020



Fonte: Wikipédia (2022).

O Território Médio Rio das Contas possui 16 municípios, sua população é de 336.507 habitantes, com área total de 9.881km², densidade 38.4 hab/km com o município destaque Jequié, dados retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) informam que o PIB de 2015 era de R\$ 4.273.436,47. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), em (2016) a renda *per capita* era de R\$ 11.242,19 reais.

No que tange à participação deste território no Produto Interno Bruto (PIB) baiano, conforme o Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em (2016), sua contribuição é 1,68%, já em relação à educação, o índice de

analfabetismo é 21,9%. O município de Manoel Vitorino possui um total de 13.397 habitantes, população rural e urbana. Especificamente no que diz respeito à área da cooperativa do umbu, tem-se setenta e cinco membros ativos, com registro na Junta Comercial da Bahia (JUCEB). Ademais, vale destacar que, em 2010, a cooperativa comercializou produtos derivados do umbu.

No Território Médio Rio de Contas, entre os anos de 2000 e 2010, nota-se que a população declinou a uma taxa média anual de 0,7%, mesmo a população urbana tendo experimentado um lento crescimento (0,4%), a população rural reduziu em 3,8%, em média. Em parte, a redução se deve à migração, já que o número de emigrantes superou o de imigrantes em 9,6 mil pessoas, isto é, 2,8% da população do território, entre 2005 e 2010 (SUPERINTENDÊNCIA..., 2016).

Nesse íterim, destacamos a agricultura familiar como a grande geradora de alimentos para população local do estado baiano. A vulnerabilidade econômica e social dos atores proporciona o desemprego em massa, a fome, a pobreza e, em contrapartida, uma nova perspectiva de desenvolvimento, pois as famílias marginalizadas e socialmente excluídas apresentam necessidade financeira para se manterem e buscarem a participação dos bens e serviços públicos com a finalidade do bem-estar social garantido pela Constituição Federal.

Nesse sentido, essas famílias utilizam mecanismos como cooperativistas, assim como a economia solidária para desenvolvem inúmeras alternativas de captação de renda e superação da crise. Ou seja, ao longo dos anos, por resiliência, os agricultores e familiares do Médio Rio de Contas se organizaram em grupos formais e informais de produção e deram início aos seus empreendimentos solidários. É nesse contexto que temos a COOPROAF, uma cooperativa que atua na busca de melhoria de renda, equidade, autogestão e desenvolvimento aos seus cooperados e adjacentes.

5 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

De posse dos dados, aplicamos a metodologia anteriormente esclarecida e obtivemos os resultados apresentados, a seguir, os quais foram discutidos nesta seção.

Percebe-se que nas mais variadas ações, desde a sua criação até a administração e gestão dos negócios, a COOPROAF configura-se como ferramenta importante ao desenvolvimento local de Manoel Vitorino/BA.

5.1 Caracterização da COOPROAF

5.1.1 História

A Cooperativa de Produção e Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar do Sudoeste da Bahia (COOPROAF) foi fundada em 2010 por um grupo formado basicamente por mulheres. Porém, sua história de organização tem origem em períodos anteriores. Os primeiros passos foram dados em 2005, com a realização de uma pesquisa encomendada pela Secretaria de Agricultura do município de Manoel Vitorino na Bahia.

Em 2009, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) por meio do censo agropecuário, extração vegetal e silvicultura, revelou que a região do Sudoeste da Bahia concentrava uma grande produção de umbu (8.402 toneladas, que corresponde a aproximadamente a R\$ 5.945.000,00). O referido estudo também apontou os baixos preços pagos por esse produto. A secretaria de agricultura do estado entendeu que seria necessário fomentar a organização dos agricultores em associações e cooperativas com o propósito de melhorar o rendimento econômico das pessoas e ter mais eficiência no cultivo do umbuzeiro.

As características peculiares da COOPROAF e de seus colaboradores assentam-se num tipo de empreendedorismo cujo objetivo pode transbordar a melhoria da condição de vida de seus cooperados às vidas de uma determinada região e/ou território. Atitudes de planejamento e ações integradas, entre população local e atores diretos da cooperativa, traduzem-se em resultados duradouros ao longo do tempo e credencia a COOPROAF como um empreendimento de desenvolvimento local.

Os objetivos da agroindústria da cadeia produtiva de umbu (COOPROAF) não visam ao lucro, mas, espera-se que haja melhorias na qualidade de vida das pessoas que integram o respectivo empreendimento, conseqüentemente, da cidade de Manoel Vitorino. Um empreendimento de desenvolvimento local como a COOPROAF tem características peculiares, visto que os investimentos destinados às suas operações são realizados, em sua maioria, por políticas públicas. O “lucro” do empreendimento de desenvolvimento local é obtido pela diferença de todo ativo aportado, menos a depreciação de bens e amortização de dívidas, salientando que esse resultado é distribuído de forma equitativa entre os membros do empreendimento, promovendo as pessoas em detrimento do capital.

Nesta pesquisa, explana-se que o pertencimento oriundo das formações em temas centrais como associativismo, cooperativismo, economia solidária, territorialidade, política de mulheres, dentre outras, promoveram aos atores da COOPROAF e, posteriormente, à população daquela localidade, um desenvolvimento local característico.

Atualmente, vive-se em meio de uma sociedade que é regida pelo capital e sabe-se que para sua perpetuação são utilizadas várias ferramentas. Neste sentido, no que tange ao desenvolvimento local, o neoliberalismo expande a ideia do “poder local” para diminuir o Estado e individualizar mais a sociedade. Entende-se que a assimetria das comunidades, cidades, regiões e estados refletem estágios diferentes de desenvolvimento, seja urbano e/ou rural. Nesta lógica, criou-se uma ideia falha de que o poder local poderia, de forma isolada, criar, promover e difundir o seu desenvolvimento local.

A cooperativa em estudo aponta que as ações do Estado, no que se refere à formação do capital humano que compõe o empreendimento agroindustrial do umbu, foi capaz de emancipar os cooperados de modo a desenvolverem as relações pessoais e comerciais, gerando uma governança eficiente e eficaz, o que culminou na promoção de melhorias na qualidade de vida e bem-estar de todos da COOPROAF.

Esse exemplo foi capaz de ser expandido e ampliado para outras comunidades do município de Manoel Vitorino, dado que a área de atuação da cooperativa foi expandida ao estado baiano, até mesmo ao país com suas experiências em atuação de redes solidárias e de comércio justo nos eventos de Olimpíadas e Copa do Mundo, realizados no Brasil. Portanto, é uma experiência a ser seguida e copiada para todos que buscam o desenvolvimento local. Em sua história, a COOPROAF passa,

primeiramente, por uma fase inicial de solidificação de desenvolvimento local endógeno, em seguida, replica a experiência de forma a promover um desenvolvimento local ao município e à região na qual está inserida.

A COOPROAF surgiu depois de um curso ministrado pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), em 2005, promovido pela prefeitura de Manoel Vitorino, quando algumas pessoas do município participaram e perceberam o potencial do umbu e a possibilidade de agregar valor a esse fruto nativo. Ao término do curso, algumas pessoas se juntaram em dois grupos e passaram a armazenar o umbu e fazer seus derivados.

Era basicamente um grupo composto por doze mulheres que continuaram a fazer o beneficiamento de forma artesanal e saíam nas ruas para expor seus produtos, em 2009, época em que, inclusive, os membros contam que ficavam em baixo de uma árvore fazendo os doces e vendendo-os. Assim, no ano de 2009, foi fundada a COOPROAF com vinte e três mulheres e um homem. A proporção que essa cooperativa tomou foi tão forte que, atualmente, tem um quadro social de setenta e seis sócios de dois municípios em Manoel Vitorino.

A necessidade de se unirem para fundar uma cooperativa surgiu primeiramente devido às grandes dificuldades que encontravam para a comercialização da produção diretamente com os supermercados e comerciantes locais. Isso porque dependiam dos chamados “atravessadores”, para comprarem seus produtos, fato este que prejudicava a obtenção de melhores preços, visto que estes “atravessadores” consumiam o lucro pretendido.

A cooperativa tem como seu principal produto o umbuzeiro (*Spondias tuberosa*) que é uma planta xerófila, pertence à família das Anacardiáceas, nativa do nordeste brasileiro de acordo com a Empraba (2015). É preciso qualificar esse umbuzeiro como uma árvore de crescimento lento, excessivamente esgalhada, formando copa baixa, densa, com tronco retorcido, ramos tortuosos e cobertos de bastante folhagem, podendo chegar até dez metros de diâmetro, atingindo, às vezes, oito metros de altura.

O sistema radicular possui uma estrutura de túbera ou batata, denominada de xilopódio, o qual é constituído de tecido que armazena água, mucilagem, glicose, tanino, amido, ácidos, entre outras, utilizado pelo sertanejo nos períodos de estiagem. A frutificação ocorre no início das chuvas e é abundante, sendo que o rendimento por hectare varia com a idade e densidade de plantas, com a condição ambiental e a

genética das plantas. De modo geral, uma planta pode produzir de 50 a mais de 300 kg de frutos por ano.

O umbu pode ser consumido *in natura*, em forma de doce, geleia, suco, licor, vinagre e outras diversidades de produtos. Ademais, o umbu é uma das maiores fontes de vitamina C de que dispõe a população nos trechos mais agrestes da zona semiárida nordestina, sendo utilizado também para alimentação animal, sobretudo de caprinos e ovinos, além de animais silvestres.

Quando comercializado, o umbu se constitui em uma importante fonte de renda para o sustento das famílias do semiárido, principalmente nos longos períodos de estiagem, mantendo uma estreita relação socioeconômica e local com a população, envolvendo a alimentação humana e animal.

Com base no levantamento de campo, o que se entendeu foi que, na década de 80 um grupo de pequenos agricultores desmatou algumas áreas onde estava o plantio de umbu para plantar capim Buffel para os animais, isso fez diminuir a quantidade de umbuzeiro significativamente, em decorrência do intenso pastejo dos animais. Já nas localidades onde foram plantadas culturas de subsistência, sem a implantação de pastagem, ao longo do tempo, ocorreu à formação de extratos de vegetação secundária com a ocorrência de umbuzeiros em fase de crescimento vegetativo. Ainda assim, esses novos umbuzeiros não foram suficientes para repor as plantas suprimidas.

Em 1985 surgiu o “umbu de fábrica”. Nessa época, o pessoal da região de Manoel Vitorino passou a usar o “gancho” uma vara parecido com tesoura que cortava a fruta, danificando muito a planta e comprometendo a produção da próxima safra. Alguns catadores colhiam o umbu com o gancho por ser um processo rápido e menos trabalhoso. Conforme relatado por algumas pessoas da cooperativa, o principal problema se concentrava na conscientização das pessoas em preservar o umbuzeiro, pois era famoso o fenômeno do “rapa”, que consistia em tirar o umbu com o gancho e ocasionava a queda na produção, pois quando a vara bate no pé de umbu, quebram-se os galhos, além de rachar o umbu que cai no chão, sobretudo em períodos em que a safra é pequena, o que suscita ainda mais as pessoas à retirada, a fim de ganharem uma renda extra.

Todo esforço e articulação no sentido de desenvolver a cadeia produtiva do umbu culminaram, em 2007, com a fundação da Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Sudoeste da Bahia (COOPROAF).

Importante frisar que é feito a compostagem com os umbuzeiros com as folhas e caroços, replantio de mudas e uma outra informação importante é que também há melhoramento genético através da Emprapa do fruto, sendo que a cooperativa produz o umbu gigante que cabe na palma da mão.

A ação conjunta do Governo do Estado e o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) pelo Projeto Gente de Valor permitiu a elaboração de um plano de ações integradas voltado para o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva do umbu que contemplou todas as dimensões metodológicas do projeto. Um destaque especial foi dado ao estímulo à organização e à formação de grupos de interesse como estratégia fundamental para efetivar o processo de ação grupal e colaborativa, promovendo as seguintes ações:

- Estudo de viabilidade da cadeia produtiva do umbu (parceria com o IRPAA);
- Capacitação sobre o manejo e enxertia do umbuzeiro com enfoque produtivo e agroecológico (parceria com o técnico especialista Dilermando);
- Implantação de viveiro de mudas;
- Aquisição do *kit* para processamento de frutas;
- Capacitação sobre processamento do umbu (parceria com a COOPROAF e Instituto Formação Cidadã São Francisco de Assis (ISFA));
- Capacitação sobre o enfoque de gênero e geração;
- Intercâmbio envolvendo integrantes, a cooperativa e as indústrias de polpas Eva e Doce Mel;
- Contratação do técnico especialista junto a COOPERCUC, que é uma cooperativa de umbu referência no Território Sertão do São Francisco.
- Elaboração de projetos executivos para a implantação das três unidades de beneficiamento do umbu e outras frutas nos subterritórios de Nova Esperança e Quatro Forças Unidas, além da COOPROAF;
- Celebração de Convênios entre a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), as Associações representativas dos subterritórios e a COOPROAF, visando ao desenvolvimento da cadeia produtiva do umbu, envolvendo recursos;
- Participação de integrantes de grupos, expositores na IX Festa do Umbu de Manoel Vitorino;
- Intercâmbio envolvendo integrantes da cooperativa em visitas ao IRPAA, EMBRAPA, COOPERCUC e participação no Festival do Umbu em Uauá;

- Efetivação do plano de trabalho do técnico Egnaldo(IRPAA), contemplando diversas ações de formação de capital humano e social, além de atividades técnicas voltadas para o desenvolvimento da cadeia produtiva do umbu;
- Filiação de integrantes do grupo de interesse na COOPROAF;
- Sistematização da cadeia produtiva do umbu, dentre outras ações.

5.2 Estrutura física e organizacional da COOPROAF

5.2.1 Estrutura Física da COOPROAF

Por meio dos dados coletados na pesquisa de campo trata-se de uma agroindústria em que é realizado o beneficiamento dos produtos além de assembleias gerais e demais reuniões da cooperativa, com a presença dos sócios, caso haja necessidade. Parte desse espaço pode ser visualizado conforme registro fotográfico feito no local (Figura 2).

Figura 2 — Funcionamento Agroindústria da COOPROAF



Fonte: acervo da autora (2022).

Figura 3 — Estrutura física da agroindústria da COOPROAF



Fonte: acervo da autora (2022).

Durante o período das visitas à COOPROAF, observou-se que os cooperados têm acesso a todos os espaços físicos da cooperativa, exceto à parte de produção em que é necessário o uso de equipamento de Proteção Individual (EPI) (Figura 2), fora isso, é possível conversar livremente com os sócios, a presidente e os demais diretores quando presentes no local.

Os diretores da COOPROAF estão autorizados pela gestão a fornecer qualquer informação que o associado necessitar. Ressalta-se que os terrenos para a produção foi uma doação da Prefeitura Municipal de Manoel Vitorino com a construção do Governo do Estado da Bahia.

A ação coletiva acontece no momento da comercialização dos produtos, sendo que a cooperativa serve de intermediária entre o produtor e o mercado. Para fazer o escoamento da produção dos seus produtos, a COOPROAF dispõe de transporte, que fica sob a responsabilidade do gestor administrativo e financeiro.

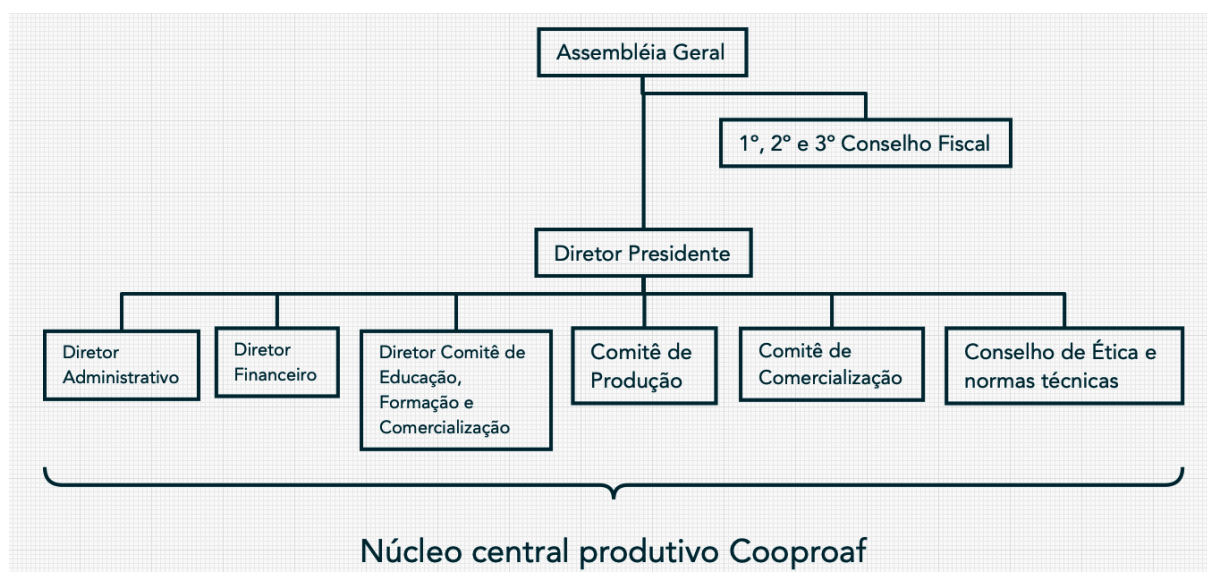
5.2.2 Estrutura organizacional da COOPROAF

A estrutura organizacional de uma cooperativa é previamente definida pela legislação cooperativista constituída por órgãos sociais previstos na Lei nº 5.764/71, no Código Civil e no seu Estatuto Social, anexado ao final do texto, no intuito de que haja um bom funcionamento. A análise da estrutura organizacional da COOPROAF

foi realizada tendo como referência o Estatuto Social da cooperativa. Verificou-se que sua estrutura é do tipo funcional, conforme prevê o Estatuto da COOPROAF.

Embora não se tenha identificado *in loco* a existência de um organograma organizacional, diante da análise do estatuto social e das observações na rotina da cooperativa, entende-se a estrutura organizacional em funcionamento na COOPROAF de acordo a Figura 4, adiante.

Figura 4 — Estrutura organizacional da COOPROAF



Fonte: produzido pela autora (2022).

Tal estruturação é bastante comum nos manuais para fundação de instituições cooperativas. A vantagem desse tipo de estrutura organizacional diz respeito à especialização do trabalho, capaz de gerar estabilidade, já que cada um tem definido o seu papel. De acordo com as leituras, outro benefício é que gera maior segurança, maior concentração e uso de recursos especializados, que são alocados em áreas específicas, dentre outras. O autor supracitado afirma, também, que as desvantagens se concentram na especialização do trabalho, sendo que cada um pode considerar seu trabalho mais importante que o do outro, o que pode gerar um isolamento na cooperativa e o que seria vantagem acaba se tornando desvantagem.

Na COOPROAF a especialização do trabalho, para determinados setores, causa uma dependência de mão de obra especializada. Estes colaboradores, apresentam competitividade intra-específica, tal qual ao sistema capitalista, atrapalhando o desenvolvimento da solidariedade, da equidade e do cooperativismo.

5.3 Modelo de Gestão da COOPROAF

De acordo com a análise do estatuto social, análise documental de atas das reuniões e observações *in loco*, ficou constatado que a Assembleia Geral é o órgão máximo de gestão da COOPROAF, imbuída de poderes para tomar as resoluções que julgar convenientes ao seu desenvolvimento e à defesa de seus interesses. As determinações acertadas por ela vinculam-se a todos os associados, mesmo que ausentes ou discordantes. Na Figura 5, a seguir, pode-se visualizar uma Assembleia Geral sendo realizada na COOPROAF.

Figura 5 — Registro dos cooperados em dia de Assembleia-geral



Fonte: acervo da autora (2022).

Embora conste no Estatuto da COOPROAF informações sobre a necessidade de rotatividade na administração da cooperativa, apurou-se na pesquisa que desde a fundação até a atualidade, a supracitada cooperativa teve apenas cinco presidentes, sendo que a diretoria anterior a atual teve cinco mandatos consecutivos. Na prática, essa situação é benéfica aos interesses da Cooperativa porque é composta por pessoas que estão desde o começo da empreitada, quando ainda comercializavam e fabricavam debaixo de uma árvore. Dessa forma, torna-as mais conhecedoras da

realidade e dos sonhos que possuíam juntas, sempre sobrepondo o coletivo ao individual.

Existe no Estatuto e, na prática da COOPROAF a atuação do Conselho Fiscal, formado por três membros efetivos e três suplentes, eleitos em Assembleia Geral para mandatos de um ano. Esses têm por obrigação fiscalizar as atividades e serviços da COOPROAF e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral. É importante dizer que, em 2020, houve eleição para presidente, um ano atípico, diferente por conta da pandemia e que resultou em menos de 50% dos sócios na assembleia.

A administração efetiva da COOPROAF é realizada pelo diretor presidente, pelo diretor vice-presidente e pelo diretor financeiro. Obrigatoriamente, pelo Estatuto, todos devem ser sócios cooperados. A atual presidente e diretoria tem a incumbência de administrar as discussões de forma que sejam atendidas as solicitações do coletivo, além de dar credibilidade e maior visibilidade às atividades da cooperativa diante do seu cliente interno e externo. Para compor o quadro de colaboradores da COOPROAF têm-se seis colaboradoras-sócias remunerados, como previsto em estatuto e que exercem atividades administrativas, com experiência e capacidade técnica na área em que atuam.

Além disso, ficou evidenciado que a atual diretoria da COOPROAF, representada pela presidente, busca desenvolver um modelo de gestão democrático e participativo em que todos os cooperados são envolvidos e inseridos para participar do processo decisório. Para que a cooperativa funcione de fato, demanda comprometimento e participação de seus associados. Assim, a pesquisa mostrou que a COOPROAF procura atuar conforme a Lei 5.764/71 e os itens obrigatórios no estatuto social ao cumprir as exigências para edital de convocação para a reunião da Assembleia Geral e Ordinária, respeitando os quóruns legais exigidos e necessários para que as Assembleias Gerais sejam realizadas.

Contudo, ainda existem cooperados que não se interessam pelos negócios da cooperativa, mantendo-se afastados do processo decisório e das atividades da cooperativa o que preocupa a gestão. Diante desse fato, a gestão da cooperativa tem se esforçado para haver participação dos associados, não só na tomada de decisão, mas, também, para a participação na comercialização dos produtos.

Questionados, a ex-presidente, presidente e gerente administrativo-financeiro sobre quais as providências tomadas pela cooperativa para sanar tal situação, a gestão da COOPROAF informou que tem trabalhado para facilitar a comunicação com

o cooperado para que a participação dele seja mais efetiva e que o cooperado volte a acreditar na cooperativa. Assim, a presidente e diretoras da COOPROAF entendem que existe a iminente necessidade de se realizar um trabalho de educação cooperativa, no intuito de incutir nos associados às responsabilidades de cada um com a sua cooperativa, alcançar resultados satisfatórios para a ampliação da participação ativa dos associados dentro da cooperativa.

Dessa forma, o associado precisa entender que a cooperativa não é da presidente, mas dele, o cooperado. A seguir, no Quadro 7, foram elencadas as formas de participação dos cooperados.

Quadro 8 — Formas de participação dos cooperados da COOPROAF

Assembléia Geral
Eleições da Diretoria
Plano de trabalho/ Divisões de atividades
Comercialização – Agroindustrialização
Investimentos
Passos futuros da COOPROAF

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Um ponto a ser discutido, trata-se a respeito do crescimento que a experiência da COOPROAF tem proporcionado para os integrantes da cooperativa e os habitantes da região de Manoel Vitorino e das cidades circunvizinhas. Com o trabalho e o sucesso da Cooperativa na cidade, a zona rural deixou de ser conhecida apenas pelas secas e a pobreza, dado que ao trabalhar com o umbu, com as maracujá do mato e a goiaba, a população local logrou valorizar e patrimonializar, de forma ambientalmente atenta e regrada, os recursos oferecidos pela natureza local, isto é, reconheceu sua disponibilidade, aprendeu a transformá-los em fontes de benefícios materiais e imateriais, compartilhados e reprodutíveis para a comunidade e em prol das gerações sucessivas, aprendendo, a gerir os limites objetivos e as características do clima da região.

A implantação de um arranjo produtivo autônomo, autogerido e participativo, ao longo dos anos, mostra ter reforçado a confiança e o empoderamento dos atores sociais que passaram a se perceber como capazes de assumir a gestão do seu próprio destino, individual e coletivo, do ponto de vista econômico, político e social. Os cooperados entenderam que são autores responsáveis, cientes da própria origem, do acompanhamento e das ferramentas que foram necessárias adquirir durante todo o processo de formação e consolidação da cooperativa.

No que diz respeito aos ganhos econômicos vindos do trabalho com as frutas nativas, estes têm sido traduzidos em melhorias significativas, tanto materiais como “imateriais” (não monetários) das condições de vida. Durante poucos meses no ano, mais precisamente em novembro, dezembro, janeiro e fevereiro essa atividade extrativista é responsável por uma parte importante da renda de muitas famílias. Realizada da forma comum, a exploração do recurso natural agrega o mínimo de valor, o qual fica integralmente nas mãos dos intermediários comerciais.

A cota de dividendos que a cooperativa repassa a seus membros, em particular às mulheres que trabalham nas unidades de beneficiamento, representa um complemento de renda significativo (um acréscimo de 30%, segundo dados da cooperativa), que se traduz tanto em termos monetários, como de crescimento social coletivo. Os atores locais falam de uma “mudança real” na qualidade e na vida das pessoas. A agroindústria foi um investimento do Governo do Estado da Bahia, contudo, com o passar dos anos, todas as manutenções e depreciações dos maquinários foram pagas com o dinheiro da cooperativa.

Atualmente, graças ao nível de estruturação e aos números da produção alcançados pela cooperativa, existe uma fonte de emprego local viável e atrativa graças a venda dos produtos importante enfatizar os preços dos produtos são calculados de acordo com os custos dos produtos, matéria-prima e depreciação do maquinário, o que gera um valor justo para os mesmo ao ser colocados a venda.

Em relação à participação no processo produtivo e à distribuição de funções, desde o começo do processo, os homens aprenderam e incorporaram uma visão nova do valor do papel da mulher na comunidade e do trabalho feminino. Desde sempre, o trabalho de valorização das frutas nativas e, mais tarde, a organização interna da cooperativa, propiciaram uma mudança cultural profunda a tal respeito. Do umbu, surgiu uma experiência de grande força pedagógica, fundada sobre a aprendizagem do valor da oportunidade e da responsabilidade.

Os atores souberam reconhecer, mobilizar e incrementar repositórios de capitais, tangíveis e intangíveis, entre eles, capital natural, econômico, cognitivo, simbólico, cultural, institucional, psicossocial, social e cívico, estimulando uma difusa confiança interpessoal e organizacional (BOISIER, 2022). Analisado do ponto de vista do envolvimento crescente dos atores locais e dos níveis de identificação com os projetos, assim como do ponto de vista dos processos sociais de aprendizagem,

capacitação, inovação e valorização dos estoques de recursos, o histórico da COOPROAF apresenta resultados positivos.

A experiência da COOPROAF e a análise da sua história apontam para resultados que se traduzem em uma série de benefícios em diversos âmbitos e que vão de encontro aos fatores desagregadores do semiárido e na definição de suas problemáticas socioeconômicas, sendo eles:

(a) a valorização ambientalmente atenta e regrada dos recursos oferecidos pela natureza local, feita por meio da gestão consciente dos limites, objetivos e características do meio local e proporcionada por formas de educação contextualizada, o que permite “redimir” a ideia negativa da natureza hostil e hostilizada;

(b) o empoderamento para a gestão autônoma do projeto coletivo consolida a atitude proativa em lugar da postura passiva de espera e do assistencialismo;

(c) as comunidades alcançam organização e mobilização em volta de um projeto coletivo, fonte de renda e de empregos, pois a COOPROAF foi precursora de valorização dos recursos locais e de convivência com o semiárido;

(d) a disponibilidade de uma fonte de renda e emprego *in loco* ajuda a conter o êxodo rural e a orientar os percursos formativos das novas gerações com educação cooperativista, gestão financeira, capacitação e manuseio de maquinário;

(e) foi indicada e encontrada uma solução concreta para as questões de desnutrição e segurança alimentar da população com participações em PAA e PNAI;

(f) a experiência tem oferecido um canal eficaz para a mudança cultural, efetiva e concreta, em prol da integração virtuosa das mulheres na economia local, como mão de obra qualificada e reconhecida, regularmente empregada e remunerada de forma justa.

A crítica ao modelo de desenvolvimento pensado para o semiárido, baseada na visão de “combate à seca”, fundamentada na compreensão de que a seca é uma questão natural e que é possível aprender a conviver como o semiárido, coloca o desafio de se pensar novas estratégias de enfrentamento da problemática do semiárido brasileiro. No debate acerca da noção de “convivência”, um dos desafios está relacionado à perspectiva de transformações produtivas, que respeitem a complexidade sociocultural e ambiental do semiárido.

Entretanto, a questão da “convivência” não se reduz aos elementos socioeconômicos, ela se constitui em formas de articular, experimentar, vivenciar e

fortalecer processos e dinâmicas territoriais nas diversas dimensões da sustentabilidade (SILVA, 2008). Para Silva (2008, p. 188), “a convivência expressa uma percepção na complexidade territorial e possibilita construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza”.

O autor afirma, ainda, que o grande desafio para a construção do desenvolvimento no semiárido é construir o sentido da convivência que vai muito além da experimentação de novas técnicas, novas práticas produtivas e ações socioculturais. É pensar a experimentação de saberes e práticas contextualizadas na realidade do semiárido.

No contexto de mudança do paradigma de desenvolvimento para o semiárido, as organizações sociais que atuam nessa região constroem novas práticas de produção que buscam o fortalecimento da agricultura familiar e um desenvolvimento sustentável. O semiárido passa a ser concebido enquanto um espaço no qual é possível construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, com base na sustentabilidade ambiental e combinando a qualidade de vida das famílias sertanejas com o incentivo às atividades econômicas apropriadas. (SILVA, 2008, p. 24).

Num processo permanente de aprendizado da convivência, uma multiplicidade de práticas e saberes foi experimentada, vivenciada e implantada na região nas últimas décadas, o que resultou em aumento da qualidade de vida da população do semiárido, a exemplo:

- (a) das tecnologias hídricas alternativas de captação e armazenamento da água da chuva. Alguns tipos são para uso familiar (cisternas familiares) e outros são utilizados para o desenvolvimento de atividades produtivas;

- (b) do manejo sustentável da caatinga — os chamados fundos de pastos ou facho são as experiências mais concretas do uso ecológico e sustentável da caatinga, por possibilitar que as comunidades, por meio da gestão coletiva da terra e do manejo racional da caatinga, realizem o aproveitamento dos recursos naturais de forma sustentável;

- (c) da criação de pequenos animais adaptados às condições socioculturais e ambientais da região, a exemplo da criação de caprinos e ovinos;

- (d) da educação contextualizada com a pedagogia da alternância;

- (e) da agricultura familiar mediante o uso de tecnologias apropriadas voltadas para a produção orgânica e ecológica, principalmente nas áreas que

permitem a irrigação, o cultivo de plantas adaptadas ao clima da região, as lavouras secas, exploração do potencial das plantas nativas, a exemplo do aproveitamento das fruteiras nativas do sertão;

(f) das técnicas de beneficiamento de produtos vegetais e animais, a exemplo do beneficiamento do umbu e do processamento de leite.

As práticas de aproveitamento das frutas nativas do sertão, principalmente o beneficiamento do umbu, representam alternativas econômicas para as famílias. A comercialização das frutas sempre apresentou preços baixos, por serem comercializadas *in natura* apenas no período da safra. O beneficiamento, além de possibilitar o consumo durante todo o ano, também agrega valor ao produto e amplia o mercado consumidor.

Na região norte da Bahia, que é um exemplo mais próximo, a comercialização dos frutos do umbuzeiro sempre significou uma fonte de renda para as famílias das comunidades rurais. Por falta de alternativa de comercialização, a venda do umbu *in natura* sempre foi realizada de forma precária nas feiras livres e nas ruas das cidades da região ou comercializada junto aos atravessadores, o que faz o produto fazer um longo percurso entre o produtor e o consumidor. O processo de beneficiamento do umbu potencializa o processo de comercialização, pois agrega valor ao produto e possibilita o aumento da renda das famílias produtoras.

Assim, com o fortalecimento do processo de comercialização, a COOPROAF, com sua formalização, passou a comercializar a sua produção para o PAA, em 2011, por meio de um projeto assinado entre a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e três associações locais. Dentro da cooperativa, a coordenação, eleita por seus membros, é responsável por acompanhar as atividades produtivas, realizar os registros da produção do grupo, monitorar o controle de qualidade do produto e das condições de higiene do processo da produção, controlar o estoque de produtos, acompanhar o cumprimento das metas do grupo, assim como fazer a representação junto à direção da cooperativa.

A agricultura familiar é regulada pela Lei 11.326/2006 e, segundo esse diploma legal, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que produz em até quatro módulos fiscais — tem variação entre 5 e 110 hectares, de acordo com a região — que se utiliza predominantemente de mão de obra da própria família e possui como fonte de renda principal as atividades rurais familiares. A legislação também é válida para silvicultores (cuidam do desenvolvimento florestal),

aquicultores (criadores de plantas ou animais aquáticos), quilombolas, extrativistas e pescadores (BRASIL, 2006).

Algumas das características comuns dos produtores rurais que se enquadram na agricultura familiar são conhecidamente, segundo citam Minatel e Bonganha (2015), as pequenas áreas de terras, em que se produzem várias culturas com pouca tecnologia e com presença de mão de obra familiar e, em muitos casos, dificuldades de acesso às mais novas tecnologias disponíveis, consequentemente, baixa produtividade em suas atividades agropastoris.

A agricultura familiar tem se destacado cada vez mais no desenvolvimento de uma região, pois de acordo com Sensolo (2016), assume a importância de ser atividade social de desenvolvimento socioeconômico, da qual dependem as pessoas envolvidas nela. Assim, tem se sobressaído como segmento estratégico para toda sociedade, pois além de ser responsável pela produção de grande parte dos produtos agropecuários utilizados no país é, também, fornecedora de matérias-primas.

No Brasil, a agricultura familiar encontra-se, concomitantemente, envolvida em processo de ajustamento aos padrões dominantes e mobilizada para estabelecer um novo conjunto de padrões que sejam, como destaca Wilkinson (1978), mais compatíveis com suas condições técnicas e econômicas.

Nesse sentido, a existência de um coletivo organizado — produtor familiar, lideranças locais, atores sociais públicos e privados e representações do Estado — reunidos e envolvidos com um mínimo de solidariedade, em uma estrutura competitiva e no empenho endógeno para aprimorar as técnicas empregadas nas atividades locais, proporcionando inovações, produzindo internamente e aceitando, também, um mercado externo sem depender dele é que funciona como um impulsionador do desenvolvimento local.

Assim, o incentivo à produção familiar rural é defendido por vários estudiosos como estratégia relevante para o desenvolvimento endógeno sustentável nas distintas conjunturas do território nacional. Em muitos casos, segundo Wilkinson (1978), os aspectos tradicionais próprios da pequena produção são um diferencial de agregação de valor importante, por apresentar aspectos como a vantagem de atividades realizadas de maneira artesanal, o comprometimento do produtor familiar, com a preservação ambiental e sua afinidade com a biodiversidade. Tais valores, conforme citam Silva e Silva (2011), quando trabalhados adequadamente na localidade, podem

conduzir apropriação maior da renda gerada pelo produtor, instigando as economias locais.

No desafio de produzir e comercializar, o agricultor familiar se descobre em grandes dificuldades para dinamizar a produção, fazer o beneficiamento dos produtos, em um contexto que é extremamente competitivo. Nele a qualidade e a disponibilidade dos produtos são imprescindíveis para uma efetiva inserção no mercado, sendo então, constrangidos a oferecer a sua produção a preços que, na maior parte das vezes, sequer garantem os custos de produção.

Ao exercerem suas atividades rurais de maneira individual, os pequenos produtores familiares podem ter dificuldades não só de se inserirem no mercado, mas também podem ter problemas para acessar serviços de assistência técnica e de crédito, assim como o pagamento de auditorias para acompanhar os procedimentos de certificação e rastreabilidade dos produtos.

É nesse contexto que o cooperativismo, por meio das cooperativas da agricultura familiar, atua como facilitador para a inserção ao mercado de forma direta, por meio de vendas coletivas dos produtos produzidos pelos agricultores familiares, levando-os a alcançar preços mais justos, proporcionando, segundo Batalha (2009) uma grande vantagem, já que por meio da organização em cooperativas, comprovadamente alargam o seu nível de renda e alcançam, de acordo Minatel e Bonganha (2015), melhores resultados do que, comumente, conseguiriam se permanecessem trabalhando de modo individual.

Há um conjunto de políticas públicas que visam a fortalecer a agricultura familiar, tais como PRONAF, PNAE, PAA, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Para Balem (2016), além dessas políticas exclusivas para a agricultura familiar, há ainda outras criadas especificamente para o fortalecimento de grupos associativos.

Uma inovação dentre as políticas para o rural, segundo a autora supracitada, é o Programa Nacional de Habitação Rural, vinculado ao Minha Casa Minha Vida, porém, exclusivo para o meio rural. Tais programas são as primeiras políticas de mercado criadas, especificamente, para a agricultura familiar no Brasil. Elas visam a suplantam a ênfase em políticas agrícolas que priorizam produtos de exportação, que assinalou o cenário nacional até bem recentemente. Conforme menciona a autora, foram criadas diversas linhas de crédito e várias políticas de desenvolvimento rural que priorizam o acesso coletivo ao individual. Dessa forma, a organização dos

agricultores em associações e cooperativas simplifica o acesso aos recursos dessas políticas.

Sendo assim, é apenas por meio de cooperativas que é possível a venda em programas governamentais como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que, por meio das cooperativas e associações, tem a responsabilidade de adquirir gênero alimentício da agricultura familiar, mediante chamadas públicas de compras em que se definem os gêneros a serem entregues, atendendo a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, que assegura que no mínimo 30% da merenda escolar seja proveniente da agricultura familiar.

O PAA foi implementado em julho de 2003 (Lei nº 10.696/2003) e regulamentado pelo Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003, e pelo Decreto nº 5.873, de 15 de agosto de 2006, foi ainda regimentado por diversos decretos. Atualmente, encontra-se em vigência o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

O PAA é uma ação estrutural do Programa Fome Zero o qual tem por objetivo garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, tal como promover a inclusão social no campo por intermédio do fortalecimento da agricultura familiar.

Hodiernamente, existem cinco modalidades de venda no PAA: compra direta, formação de estoque pela Agricultura Familiar, Compra com doação simultânea; incentivo à produção e ao consumo de leite (*Programa do Leite*) em execução apenas pelos Estados do Nordeste e Norte de Minas Gerais e compra institucional, modalidade que representou uma inovação do Decreto nº 7.775/2012, cuja finalidade é garantir que os estados, Distrito Federal e municípios, além de órgãos federais, igualmente, possam comprar gêneros da agricultura familiar, com seus próprios recursos financeiros, dispensando-se a licitação, para atendimento às demandas regulares de consumo de alimentos.

O surgimento dos mercados institucionais, em que as esferas governamentais empregam o poder de compra do Estado para apoiar a agricultura familiar são um instrumento importante de valorização da produção da agricultura familiar e um avanço para a agricultura familiar no sentido de buscar estratégias de inclusão social e econômica dos agricultores.

A exigência legal de compra, de no mínimo 30% dos alimentos utilizados na alimentação escolar da agricultura familiar, ligada às diretrizes do Programa Nacional

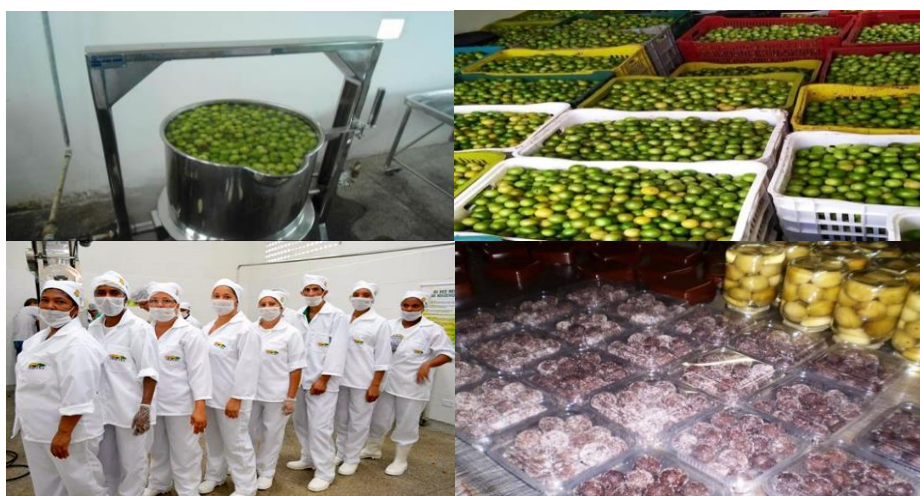
e Alimentação Escolar (PNAE), representa um mercado institucional fortemente ligado ao local. Outra vantagem criada por meio das cooperativas é o aprendizado em busca de inovações locais, ampliação da responsabilidade individual e o desenvolvimento do senso de trabalho em equipe, que em conformidade com Minatel e Bonganha (2015), fortalecem a autoestima e a autoconfiança.

É indispensável que a sociedade brasileira reconheça o papel e a importância econômica na dinâmica econômica local, na geração de trabalho e distribuição de renda, na produção de alimentos de maneira limpa, na inclusão social e no exercício de uma nova cultura de viver a economia.

5.4 Atitudes da gestão da COOPROAF que a configuram como propulsora de desenvolvimento local

Constata-se que mesmo aportando quantidade reduzida de serviços aos cooperados, a cooperativa, por meio da comercialização de seus produtos, promove incremento e geração de renda aos cooperados e à comunidade local, uma vez que a renda é empregada e/ou investida no próprio município de Manoel Vitorino aumentando o fluxo de recursos financeiros e aquecendo a economia local. A Figura 6, que segue, tem o registro dos sócios e sócias da COOPROAF no processo de fabricação dos derivados do umbu.

Figura 6 — Colaboradores da COOPROAF na fabricação de derivados do umbu



Fonte: acervo da autora (2022).

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Cidades (2022), o Produto Interno Bruto de Manoel Vitorino, em 2009, as atividades agropecuárias totalizavam R\$ 10.801.000,00 e as industriais R\$ 1.894.000,00. Para o ano de 2010, atividades agropecuárias R\$ 14.366.000,00 e industriais R\$ 2.153.000,00. Em 2015, atividades agropecuárias R\$ 19.728.000,00 e indústria R\$ 4.190.200,00. Já em 2020, as atividades agropecuárias totalizaram R\$ 25.215.460,00 e as industriais R\$ 4.663.990,00. Percebe-se que as atividades agroindustriais contribuem de forma positiva economicamente ao município de Manoel Vitorino.

A agregação de renda aos cooperados, como também a retenção deste capital financeiro em Manoel Vitorino, proporcionado pela COOPROAF, é resultado de anos de trabalho na eliminação do “atravessador” na cadeia produtiva do umbu, caso contrário, essa produção seria apropriada pelo capital centralizador e expropriador e estaria fora do município da cooperativa, enfraquecendo todo o local.

Relatos colhidos em visita técnica, segundo a diretora presidente da COOPROAF, após os agricultores e agricultoras se associarem à cooperativa, a renda dos associados melhoraram a ponto de eles fazerem investimentos em bens e equipamentos, tanto para melhoria da produção, como também para o bem-estar próprio, o que denota a melhoria da qualidade de vida de todos que compõem a cadeia produtiva dessa Cooperativa.

Outro indicativo importante de desenvolvimento é a contratação de mão de obra extra para aumento de produção e cumprimento de contratos governamentais e locais. Neste sentido, a comunidade local e vizinha é alcançada pelos benefícios proporcionados pelas atividades desenvolvidas pelos associados da cooperativa. Nesta lógica, a COOPROAF gera trabalho e renda para os não associados, ampliando a produção dos cooperados, conseqüentemente, configurando-se como uma atividade propulsora de desenvolvimento local.

Um dos entraves à comercialização da cooperativa é a logística de captação de matéria-prima e acesso dos produtos ao mercado consumidor. Mesmo com garantia de comercialização, a cooperativa não dispõe de infraestrutura para fazer logística, destinando grande parte dos custos à conta dos associados. No entanto, esse entrave é vencido pelos cooperados posto que valorizam a garantia de comercialização dos produtos e o incremento de renda realizado por toda operação.

As dificuldades logísticas e de infraestrutura de estradas são, de fato, um grande inibidor de desenvolvimento local, visto que atrapalham a cooptação de matéria-prima e escoamento de produção por meio da COOPROAF.

5.4.1 Atividades agroindustriais da COOPROAF

Entre as atividades desenvolvidas pela COOPROAF tem-se a produção de doces e sucos concentrados derivados de umbu. A COOPROAF, desde seus primórdios, tem atuado na cadeia produtiva do umbu. Já a agroindústria tem uma planta capaz de produção de suco concentrado de umbu, como também doces de corte e geleias, como pode se observar na Figura 7, a seguir. A produção da fábrica é capaz de abastecer o mercado local e o institucional no qual estão inseridos, garantindo assim a comercialização e renda aos seus cooperados.

Figura 7 — Produtos elaborados pelo COOPROAF



Fonte: acervo da autora (2022).

5.5 Problemas e entraves enfrentados pela COOPROAF

O arcabouço teórico apreciado no presente trabalho teve como objetivo auxiliar nas análises das relações entre cooperativismo e desenvolvimento local. Mesmo evidenciando as vantagens que um sistema cooperativista proporciona às pessoas e ao local no qual está inserido, a COOPROAF apresenta dificuldades e entraves que

são nocivos ao desenvolvimento local. A seguir, demonstram-se tais dificuldades observadas na pesquisa de campo na COOPROAF.

Internamente, a cooperativa, objeto desse estudo, necessita trabalhar mais a parte social, pois uma vez sem equilíbrio entre o econômico e social pode perder sua essência e pode atuar como uma empresa mercantil comum do capitalismo.

A formação, informação e educação, o quinto princípio cooperativista, sempre utilizado pela COOPROAF, deve ser potencializado de modo que os seus sócios e colaboradores possam ser transformados, o que resulta em ganhos sociais incomensuráveis. A cooperativa para, de fato, atuar com o espírito cooperativo precisa educar tanto dos seus dirigentes, cooperados e comunidade em geral. Só assim, haverá um processo de retroalimentação, interno e externo, que assegurará a permanência e a continuidade da cooperativa e o cumprimento da essência cooperativista.

Ainda nessa questão, a COOPROAF precisa criar um programa de educação cooperativista, oferecer treinamentos, capacitação técnica, entre outros de forma continuada de modo a atingir não só esta geração de cooperados, mas a geração vindoura correlacionada com os filhos dos cooperados de hoje.

Outrossim, a cooperativa precisa evitar que sua relação com o cooperado se limite apenas a uma relação contratual. Precisa trabalhar com afincamento para desenvolver nos cooperados o sentimento de pertencimento, valorização da identidade, criar fidelidade e desenvolver confiança entre eles e entre a cooperativa. Dessa forma, será possível conseguir se fortalecer e superar conjuntamente as adversidades que envolvem a agricultura familiar em Manoel Vitorino e território.

Outro ponto a ser enfrentado pelo COOPROAF é a ampliação de serviços aos cooperados. A comercialização e geração de renda são importantes, no entanto, necessita ampliar a ação para a cadeia produtiva como, por exemplo, oferecer assessoria técnica aos produtores associados. Ademais, a cooperativa precisa equilibrar a sua comercialização. Atualmente, a maior fatia de mercado está ligada ao mercado institucional proposto pelo governo. Assim, uma vez diminuindo ou faltando esta fonte de recursos, a cooperativa passará por dificuldades financeiras. Portanto, julga-se necessário expandir a comercialização para o mercado local e não governamental.

A intercooperação deve ser fortificada e ampliada por meio da atuação em redes e não somente na comercialização, mas também nos aspectos de formação

cooperativista, técnicas agroindustriais e assessoria técnica. Externamente, a cooperativa precisa fortalecer suas relações para o alcance de seus objetivos econômicos e sociais. Devem ser ampliadas as relações governamentais a nível estatal e municipal. Deve-se de forma urgente buscar estreitar laços com os entes governamentais responsáveis por infraestrutura de estradas primordiais para escoamento da produção. Como se notou, as estradas utilizadas pela COOPROAF estão abandonadas pelos poderes estatais.

As diferenças socioeconômicas podem ser diminuídas e atenuadas pelo movimento e cultura cooperativista imersa em solidariedade e equidade. Notou-se durante a pesquisa o desapercibimento da importância do potencial de desenvolvimento local e regional proporcionado pela COOPROAF, sobretudo, em relação à falta de educação cooperativista, não só para os beneficiários diretos como a todos os alcançados pelas ações da COOPROAF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto na presente pesquisa, fica entendido que o desenvolvimento local transcende o aumento de renda das pessoas, pois está ligado também à melhoria na qualidade de vida com inclusão social e econômica, geração de empregos, equidade, transversalidade e benefícios políticos-culturais de modo que a comunidade local torna-se parte efetiva no processo de desenvolvimento.

Assim, evidencia-se que a formalidade gerada aos atores locais pela COOPROAF ampliou as atividades que eram feitas em seu cotidiano, elas foram exploradas de forma sistemática, por isso, ampliaram suas capacidades produtivas e alcançaram melhores condições de vida. A COOPROAF, enquanto organização formada por atores locais, considera-se como uma entidade que impulsiona o desenvolvimento local, pois na dimensão econômica gera emprego e renda, na dimensão social, gera inclusão social e resgata a dignidade humana.

Evidencia-se, portanto, que é por meio da atuação da COOPROAF que os produtores associados têm a oportunidade de acessar e participar das vendas aos mercados institucionais, especificamente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tal fato deu-lhes autonomia, já que não são mais obrigados a vender seus produtos aos atravessadores.

Outra realidade promovida aos cooperados e agricultores locais foi a segurança financeira. Dado que, uma vez entregue a produção à cooperativa, tem-se a garantia de recebimento do valor correspondente. Essa segurança faz com que os colaboradores e associados ampliem suas atividades produtivas e passem a ter a possibilidade de agro industrialização de seus produtos, mesmo que ainda em pequena escala, aumentando o seu valor agregado ocasionando um significativo incremento aos ganhos financeiros da família e ampliação das oportunidades de negócios. Estabelece-se valor para a cooperativa e para o cooperado.

Ainda, as atividades agroindustriais da COOPROAF apoiam e ampliam o emprego e a difusão de novas tecnologias, isso oportuniza o aprendizado coletivo e a dinamização da economia local. Outro aspecto proporcionado pela agro industrialização do umbu, realizado pela COOPROAF, é a permanência dos agricultores familiares e suas respectivas famílias no campo, diminuindo

drasticamente o êxodo rural em Manoel Vitorino, segundo a Secretaria de Agricultura do município.

Destaca-se que a COOPROAF foi criada e é gerenciada por agricultoras e grupos de mulheres da própria localidade. A aptidão da COOPROAF é a organização econômica dos associados e, por meio dessa relação, a cooperativa passa a conhecer o produtor e o que ele produz, realçando-se a necessidade de manter o foco nas pessoas, na valorização da identidade e nas práticas locais.

Os resultados obtidos por essa relação podem ser concebidos não só em rendas adicionais e melhor qualidade de vida e bem-estar social do cooperado e de sua família, mas também no que diz respeito à participação do cooperado para o bom funcionamento da cooperativa, ou seja, a prática da autogestão. Os associados da COOPROAF são responsáveis pela gestão e fiscalização da cooperativa. Essa condição exige dos associados uma consciência da complexidade das interações da cooperativa ao nível de organização associativa (coletiva), assim como ao nível de organização empresarial.

A relação entre o desenvolvimento local e o cooperativismo advém do resgate das potencialidades locais mediante um enfoque endógeno, de “dentro para fora”, que se contrapõe ao padrão desenvolvimentista fundamentado em grandes empreendimentos, concentrador de renda e excludente, executado de “cima para baixo”.

A COOPROAF expõe-se como agente de desenvolvimento local mediante a relação forte entre cooperados e as redes de cooperação que estão inseridas. Nesse contexto, ficou evidenciado que os atores locais são os protagonistas do seu próprio processo de desenvolvimento, e mesmo enfrentado dificuldades no aspecto da gestão e atuação no mercado, a COOPROAF procura atender às necessidades de seus associados quanto à representatividade de seus interesses. Portanto, a lógica do cooperativismo pode ser considerada estratégia competitiva viável e impulsionadora do desenvolvimento local.

Mesmo com limitações para a realização do estudo, esse trabalho buscou, por meio de um arcabouço teórico e prático, verificar as relações existentes entre o cooperativismo e o desenvolvimento local e, com base na experiência da COOPROAF, verificou-se que existem ligações teóricas e práticas entre esses conceitos.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, J. **Associativismo e cooperativismo**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico**: uma resposta as exigências do ajuste estrutural. Tradução: Braga, A. R. P. Fortaleza: BNB, 1998.

ALBUQUERQUE, P. P. de. Autogestão. *In*: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre. Veraz Editores, 2003. p. 20-25.

ALENCAR, E. **Valorização da cooperativa agrícola de Curvelo-MG**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 1976.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL – ACI. **Co-operative enterprises build a better world**. 2017. Disponível em: <https://www.ica.coop/>. Acesso em: 06 jul. 2021.

ALVES, A. G. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE** - histórico, situação atual e perspectivas. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - Diretoria de Planejamento - Superintendência de Planejamento, 2003. 92 p.

ALVES, E. L. G. *et al.* **Modernização Produtiva e Relações de Trabalho**: Perspectivas de Políticas Públicas. Brasília, 1997. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2067/1/td_0473.pdf. Acesso em: 06 abr. 2021.

ALVES, F. de A.; MILANI, I. A. **Sociedades cooperativas**: regime jurídico e procedimentos legais para constituição e funcionamento. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003, 37p.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006.

AMARAL FILHO, J. do. Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação das estratégias. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 26, n. 3, jul./set. Fortaleza, 2001.

AMARO, R. R. Desenvolvimento local. *In* A. D. Cattani et al (Coord.) **Dicionário internacional da outra economia** Coimbra/São Paulo: (pp. 108-113). 2009.

AMODEO, N. B. P. Contribuição da educação cooperativa nos processos de desenvolvimento rural. *In*: AMODEO, N. B. P; ALIMONDA, H. (Orgs) **Ruralidades**: capacitação e desenvolvimento. Viçosa: Ed. UFV, 2006, p.151-176.

ANTEAG. **Autogestão, construindo uma nova cultura nas relações de trabalho**. São Paulo: Espalhafato Comunicação e Produção, 2008.

ANTONIALLI, L.M. Influência da mudança de gestão nas estratégias de uma cooperativa agropecuária. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 135-159, jan./abr. 2000.

ARAÚJO, E. A. T.; SILVA, W. A. C. Sociedades Cooperativas e sua Importância para o Brasil. **Revista Alcance** - Eletrônica, v. 18 - n. 1 - p. 43-58 / jan-mar 2011. Disponível em: <http://siaiweb06.univali.br>. Acesso em 05 jul. de 2021.

ARAUJO, L. S. de. **Cooperativismo autogestionário e filosofia latino-americana: possibilidades de libertação?** Tese de doutorado (Curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas) Universidade Federal do Paraná, CURITIBA 2014 disponível em: Acesso em: 22 de mar. 2021.

ARAÚJO, S.M.P. **Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação.** Curitiba: Projeto: SECE/Paraná, 1982.

ASSUNÇÃO, M. A. de. Interatividade e conectividade informativa para a inteligência competitiva. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, Brasília-DF, 2012, Ano III, n. 08, out-dez. 2012. Disponível em: <http://www.institutoprocessus.com.br>. Rrevisado.pdf. Acesso em: 211 jan. de 2021.

AVILA, F. de B. **Pequena enciclopédia de doutrina social da Igreja.** 2ª ed. Instituto brasileiro de desenvolvimento. Edições Loyola, 1993.

AVILA, V. F. **Formação educacional em desenvolvimento local.** Campo Grande: Educdb, 2000.

BALEM, T. A. **Associativismo e cooperativismo.** Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Brasil, 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Anuário Estatístico do Crédito Rural.** Brasília: BACEN, 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Governança cooperativa:** diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito. Brasília, 2009. BANCO DO BRASIL. Banco do Brasil e cooperativas. Revista de Política Agrícola. Ano III n. Out./Nov./Dez. 2004. Disponível em: Acesso em: 08 de outubro de 2021

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDES. **Anais Seminário Nacional sobre Estado, Crise Política, Econômica e Perspectivas de Desenvolvimento**, Santa Catarina, 2004.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação.** Trad. Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2002.

BARBOSA, J.E.M. **Gestão de cooperativas:** um estudo relacional do modo de organização do trabalho e desempenho organizacional no ramo de transporte de pessoas. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

BARBOSA, J.E.M. **Gestão de cooperativas:** um estudo relacional do modo de organização do trabalho e desempenho organizacional no ramo de transporte de pessoas. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BATALHA; O. M. **Gestão agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4 ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

BENATO, J. V. A. **O ABC do cooperativismo**. São Paulo: ICA-OCESP, 2002.

BENECKE, D.W. **Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo**. Porto Alegre: Coojornal, 1980. 240p.

BENETTI, M. D. Endividamento e crise no cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul: análise do caso Fecotrigo / Centraisul – 1975-83. *In*: BENETTI, Maria Domingues; FRANTZ, Telmo Rudi (Coord.). **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul: 1957-84**. Porto Alegre: FEE, 1985.

BENETTI, M. D. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul**. 5 ed. Porto Alegre: FEE, 1982.

BENETTI, M. D.; FRANTZ, T. R. **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística (FEE), 1985.

BERTON, L. H. A Gestão Financeira das Cooperativas Paranaenses. **Rev. FAE**, Curitiba, v. 2, nº 3, set/Nov, 1999, p.39-45.

BIALOSKORSKI NETO, S. Agribusiness Cooperativo. *In*: ZYLBERSZTAJN, Décio. FAVA NEVES, Marcos. CALEMAN, SILVIA M. de Queiroz. (orgs). **Gestão de Sistemas de Agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2015.

BIALOSKORSKI NETO, S. Agronegócio Cooperativo. *In*: BATALHA, Mario Otávio (coord.). **Gestão agroindustrial**. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Aspectos econômicos das cooperativas**. Belo Horizonte, Editora: Mandamentos, 2006.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Economia e gestão de organizações cooperativas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação e tese. 1 ed. - 4 reimpr. - São Paulo: Atlas, 2009.

BOESCHE L. **Fidelidade cooperativa**: uma abordagem prática. Curitiba: SESCOOP/PR, 2005. 96p

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 13, 2022. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135). Acesso em: 9 maio. 2023.

BORGES, R. **Gestão estratégica na visão cooperativista**: um estudo de caso em uma cooperativa central agroindustrial do oeste do Paraná. 2011, 110 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Ponta Grossa, 2011.

BOSCHI, G.B. **Cooperativa de trabalho urbano e a terceirização da atividade fim**. Dissertação (mestrado). PUC –S.P. Faculdade de Direito, 2000.

BOUDOT, F. Problème et problematiques dans l'histoire de la coopération en France. **Revue des Études Coopératives- REC**, Paris, n.161, p. 226, 1970.

BRAGA, C. F. **Cooperativismo**: noções. 4. ed. [S.l.], [s.n.], 2001.

BRAGA, Tania Moreira. Desenvolvimento local endógeno: entre a competitividade e a cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 5, p. 23-37, maio 2002.

BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, C. R. (org). **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Org). **Pesquisa participante**: a partilha do saber. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

BRANDÃO, C.R. A participação da pesquisa no trabalho popular. In: BRANDÃO, C.R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.223-252

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 4 jul. 2023.

BRASIL. DECRETO Nº 1.637 nº 1.637, de 11 de janeiro de 1907. **Crea sindicatos profissionais e sociedades cooperativas**, Brasília: Diário Oficial, v. 1, p. 17, 1907. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-publicacaooriginal-104950-pl.html>. Acesso em: 4 jul. 2023.

BRASIL. DECRETO Nº 22.239 nº 22.239, de 23 de dezembro de 1932. **Reforma as disposições do decreto legislativo n.º 1.637. de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às sociedades cooperativas.**, Brasília: Diário Oficial da União, p. 23386, 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22239-19-dezembro-1932-501764-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 4 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 60.597, de 19 de Abril de 1967 nº 60.597, de 24 de abril de 1966. Regulamenta o Decreto-lei nº 59, de 21 de novembro de 1966. **Regulamenta o Decreto-lei nº 59, de 21 de novembro de 1966.**, Brasília: Diário Oficial da União, 1966. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60597-19-abril-1967-401464-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 4 jul. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº. 5.764 de 16 de dezembro de 1971.** Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras 143 providências. Disponível em . Acesso em: 28 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº LEI Nº 11.326, de 25 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Regulamento Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.**, Brasília: Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 4 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.696, de 24 de junho de 2006.** Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A3EDFA1E45A30D5DB3255B5B6CCFB382.node1?codteor=727660&filename=LegislacaoCitada+-PL+6680/2009. Acesso em: 4 jul. 2023.

BUARQUE, C. **A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CORAGGIO, J. L. Da Economia dos setores populares à economia do trabalho. *In* CORAGGIO, J. L. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

CUNHA, G. C. **Outras políticas para outras economias: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à Economia Solidária (2003-2010).** 496 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2008.

DOWBOR, L. **Para pensar o desenvolvimento.** São Paulo, Brasiliense: 1994. 2 ed. pp. 103-112

FISCHER, A. Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. *In*: FLEURY, M., (org.). **As pessoas na organização.** São Paulo: Editora Gente, 2002.

FRANÇA FILHO, G. C. ; LAVILLE J. **A economia solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

FRANCO, A de. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.** Brasília: Instituto de Política/Millennium, 2000

GAIGER, L. I. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GASTAL, S.; MOESCH, M.M. **Turismo políticas públicas e cidadania.** São Paulo: Aleph, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GODARD, O. *et al.* Desarrollo endógeno y diferenciación de espacios de desarrollo: un esquema de análisis para el desarrollo local. *In: Estudos Territoriales*. Madrid, n.º 24, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE CIDADES: **Censo Agropecuário**, 2022. Extração Vegetal e Silvicultura. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/pesquisa/16/12705?ano=2009>>. Acesso: 7 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. **Banco de dados**, 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso: 7 jul. 2020.

KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE; UCSAL, 2000.

LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LASSWELL, H. The Policy Orientation. *In: LERNER, D.; LASSWELL, H. The Policy Sciences*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1951.

LE BOTERF, G. Pesquisa participante: Propostas e reflexões metodológicas. *In: Brandão Carlos Henrique. et. al. Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LIMA, J. C. **As artimanhas da flexibilização**: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2016.

LISBOA, A. de M. **Os desafios da economia popular solidária**, 2000. Disponível em: <<http://www.humanas.unisinos.br/pesquisa/ecosol/textos/lisboa.htm>>. Acesso em: 09 mai. 2021.

MENDES, J. **Fatores condicionantes de sucesso das pequenas e médias empresas na região metropolitana de Curitiba e sua contribuição para o desenvolvimento local**. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) – Centro Universitário Franciscano, Curitiba, 2006.

MINATEL, F.; BONGANHA, C.A.; Agronegócios: A importância do cooperativismo e da agricultura. **Empreendedorismo, Gestão e Negócios**, v. 4, n. 4, p. 247-259, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB. **Princípios do cooperativismo**.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (ed.). **Princípios do Cooperativismo**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.sescooprs.coop.br/cooperativismo/principios/>. Acesso em: 4 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO PARANÁ (OCEPAR). **Cooperativo**. Paraná.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico prática. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.

PANZUTTI, R. As sobras e a acumulação na empresa cooperativa. *In*: PANZUTTI, Ralph (Org.) **Cooperativa**: uma empresa participativa. São Paulo: OCESP, 2000. 129 p. Coleção orientação n.2.

PANZUTTI, R. **Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no Estado de São Paulo**: Caso da Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia. São Paulo, 1997.

PANZUTTI, R. *et al.* **Cooperativa**: uma empresa participativa. São Paulo, OCESP, 2000.

PAULA, J. de. **Desenvolvimento Local Como fazer?** SEBRAE. Brasília-DF. 2008. 59p.

PEREIRA, M. J.; SANTOS, A. R. V. dos. Cooperativismo na Amazônia setentrional: caminhos e descaminhos. **Revista de Administração de Roraima – RARR** Ed. 3, Vol 1, 187 – 2013. Disponível em: <http://revista.ufrr.br/index.php/adminrr> Acesso em: 23 de jul. 2021.

PERIM, M. L. S. **Cooperativismo agropecuário e desenvolvimento local**: a experiência da Coopercinco. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia/Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe da Universidade Federal de Roraima – PPGDRA, 2018.

PERIUS, V. F. As sociedades cooperativas face ao novo código civil. *In*: BECHO, R. L. (Coord.). **Problemas atuais do direito cooperativo**. São Paulo: Dialética, 2002. p. 287-292.

PERIUS, V. F. **Cooperativismo e lei**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. São Paulo: Ed. PIONEIRA, 1966a.

PINHO, D. B. **Economia e Cooperativismo**. São Paulo, Editora: Saraiva, 1977. 151

PINHO, D. B. **O Cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PINHO, D. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo, Editora: CNPq, 1982.

PINHO, D. B. **Que é cooperativismo**. São Paulo: DESA, 1966b. 154p.

PINTO, N. G. M.; REISDORFER, V. K. **Governança cooperativa**. Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, 2015.

PIRES, M. L. L. e S. **O cooperativismo agrícola em questão: a trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste (Quebec) do Canadá**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2004.

POCHMANN, Marcio. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 309-330, 2017.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**. Trad. de Mary Cardoso. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RECH, D. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

REIS, T. A. **A Sustentabilidade em Empreendimentos da Economia Solidária: Pluralidade e Interconexão de Dimensões**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA. Núcleo de Pós Graduação em Administração, 2005.

REISDORFER, V. K. **Introdução ao cooperativismo**. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

RIBEIRO, K. Á.; NASCIMENTO, D. C.; SILVA, J. F. B. da. **A importância das cooperativas agropecuárias para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI – Petrolina/Pe**. In: II EBPC, 2012, Porto Alegre, 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHARDSON, R. J. Questões debatidas. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

RICKEN, J. R. **A integração econômica e social nas cooperativas agropecuárias do Paraná**. Dissertação (mestrado) Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Fundação Getúlio Vargas, 2009.

RIOS, G. S. L. **Cooperativas agrícolas no nordeste brasileiro e mudança social**. Dissertação (Mestrado em Economia Rural), USP/ESALQ. Piracicaba, 1976.

ROCHER, G. Sociologia Geral 4. Lisboa: Editora: Presença, 1971.

RODRIGUES, R. Cooperativismo, o rosto humano da economia. **Revista SEBRAE**, Brasília DF, 2002. Nov/dez. 8p.

RODRIGUES, R. L.; GUILHOTTO, J.J.M. Análise setorial e topografia da estrutura produtiva: as cooperativas agropecuárias no Paraná. **Revista Estudos**

Econômicos. vol.37 n.3 São Paulo July/Sept. 2007. Disponível em: Acesso em: 01 de out. 2021.

ROSA, N. P.; LAGO, A.; JUNIOR, S. S.; MENDONÇA, E. S. Cooperativas como forma de organização da agricultura familiar. *In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia*, 152 Administração e Sociologia Rural, 46. Rio Branco, 2008. Anais. Rio Branco: SOBER Brasil, 2008.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SALANEK FILHO, P. **Capital social e cooperativismo agropecuário no processo de desenvolvimento sustentável local**: uma avaliação da região de atuação da cooperativa Copacol. 2007, 88 p. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) - UNIFAE, Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino. São João da Boa Vista. 2007.

SALANEK FILHO, P. Integração Regional, Desenvolvimento Local e Cooperativismo: O Melhoramento da Renda do Pequeno Produtor Associado na Cooperativa Agroindustrial Lar de Medianeira/PR. Curitiba. **Seminário de Sustentabilidade I. UNIFAE**. Outubro/2006.

SALES, J. E. **Cooperativismo**: Origens e Evolução. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia, n. 1, jan./ jun. 2010.

SAMPAIO, D. de O. *et al.* Organização do Quadro Social: O Caso da Cooperativa Campos Altos do Estado de Minas Gerais. *In: V Encontro de Pesquisadores Latino Americano de Cooperativismo*, 2009, Ribeirão Preto, SP. Anais V Encontro de Pesquisadores Latino Americano de Cooperativismo, Ribeirão Preto: [s.n.], 2008. p. 1-17.

SANTOS, S. S. dos; SENHORAS, E. M. Cooperativismo no transporte intermunicipal de passageiros em Bonfim, RR. Boa Vista, Editora da UFRR, 2016, 174 p. Coleção: **Comunicação e Políticas Públicas**, v. 18. (org.) SENHORAS, E. M; ZOUEIN, M. E. Disponível em: Acesso em: 25 mai. 2021.

SCATOLIN, F. D. **Indicadores de desenvolvimento**: um sistema para o Estado do Paraná. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1989.

SCHALLENBERGER, E. Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. **Revista Mediações**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 9-26, jul./dez. 2003.

SCHIOCHET, V. **Institucionalização das políticas públicas de economia solidária**: breve trajetória e desafios. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ECON_S_institucionalizacao.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SCHNEIDER, J. O. A Doutrina do Cooperativismo: Análise do Alcance, do Sentido e da Atualidade e dos seus Valores, Princípios e Normas nos Tempos Atuais. **Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social**, v.3, n.2, jul./dez. 2012a. Disponível em: Acesso em: 08 mai. 2021.

SCHNEIDER, J. O. **Cooperativismo e desenvolvimento rural e urbano**. Brasília, Editora: UNISINOS, 2012b.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SCHNEIDER, J. O. **Educação e capacitação cooperativa: os desafios no seu desempenho**. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010.

SCHNEIDER, J. O. Globalização, desenvolvimento local sustentável e cooperativismo. *In: Encontro de investigadores latino-americanos de cooperativismo*, 3. 2004, São LeopoldoSão Leopoldo: Unisinos, 2004.

SCHNEIDER, J. O. O cooperativismo agrícola na dinâmica social no desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro. *In: LOUREIRO, M. R. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981.

SCHNEIDER, J. O. **Resgate de aspectos da história do cooperativismo**. São Leopoldo: Unisinos, 1998. 154

SCHNEIDER, J. O. Uma proposta para o balanço social das cooperativas: avaliação do desempenho social das cooperativas. **Perspectiva Econômica**. v.14 n.45, ago/out. 1984.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos. In: Conterato, M. A. *et al.* (Org.). Porto Alegre: **Via Sapiens**, 2013, p. 08-11.

SCHNEIDER, S. Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 01/02, p. 99 –116, jan./dez. 2005.

SCHULZE, E. Estrutura do poder em cooperativas. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 22, n. 59, p. 49-76, jun./dez. 1987.

SEABRA, M. G. **As cooperativas mistas do estado de São Paulo**. São Paulo 1977. IGEG. USP, série teses e monografias número 30. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. p. 168.

SELLTIZ, C., WRIGHTSMAN, L.S., COOK, S.W. (1987) **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Editora da Universidade de São Paulo, SP.

SENSOLO, A. **O cooperativismo e a agricultura familiar no território da cidadania Meio Oeste Contestado**. Dissertação (Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado – UnC), Canoinhas (SC) 2016.

SERRA, F. R. *et al.* **Gestão Estratégica: Conceitos e Prática**. 2 Ed. Lisboa, Lidel, Edições Técnicas, 2010.

SILVA NETO, B.; LIMA, A. J. P.; BASSO, D. Incerteza, Racionalidade e Procedimentos em Ações de Desenvolvimento Local. Red de revistas Científicas de América Latina y El Caribe, España y Portugal. **Revista Desenvolvimento em Questão**, julho-dezembro, ano/vol. 1; nº 002. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, p. 123-149, 2003. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/752/75210207.pdf> Acesso em 08 out. 2021.

SILVA, A. R. F. da. **Perspectivas das políticas territoriais na faixa de fronteira internacional da Amazônia Oriental brasileira: estados do Pará e do Amapá.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2011.

SILVA, C. L. da; LOURENÇO, M.; SALANEK FILHO, P. Capital social e cooperativismo no processo de desenvolvimento sustentável local: teorias e aplicações ao caso da Cooperativa Bom Jesus - Lapa/PR. *In: Encontro da ANPAD*, 2006, Salvador. Trabalhos apresentados, Curitiba. Acesso em: 10 jan. 2021.

SILVA, E. S. et al. **Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências.** uniRcoop, Vol. 1, 2, 2003.

SILVA, M. G. da; SILVA, S. P. Para além do acesso: uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos de economia solidária no meio rural. **Revista Ipea: Economia solidária e políticas públicas.** V. 49, nov. 2011.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o Combate à seca e a convivência com o Semiárido: Transições paradigmáticas e Sustentabilidade do Desenvolvimento.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

SILVEIRA J.C. **Organizações educativas podem e devem ampliar sua atuação na responsabilidade social** Senac. 2016.

SIMIONI, F. J. *et al.* Lealdade e oportunismo nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão. **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Brasília, DF, v.47, n.3, p. 739-765. Jul./Set. 2009.

SIMON, H. **Models of Man**, New York: John Wiley, 1957

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** 3 ed. São Paulo, Contexto, 1999.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.- 6ª Reimpressão. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br>>. Acesso em: 05 set 2021.

SOARES, L. Q.; FERREIRA, M. C. **Pesquisa participante como opção metodológica para investigação de práticas de assédio moral no trabalho,** 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572006000200005. Acesso em: 20 de Novembro 2022.

SOUZA, C. R. de. **A cooperação como estratégia organizacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Paraná: o caso da Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga**. 2001. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SOUZA, R. S. de. **A luta social pela terra: narrativas dos trabalhadores rurais do projeto de assentamento Nova Amazônia**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus, 2013.

SPAREMBERGER, A.; BÜTTENBENDER, P. L.; ZAMBERLAN, L. TURRA, D. L. Intercooperativismo para o desenvolvimento sustentável na região fronteira noroeste do Rio Grande do Sul: o caso da Coopervino. *In: II EBPC*, 2012, Porto Alegre, 2012. Disponível em: Acesso em: 10 jul. 2021.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI BAHIA). Perfil dos Territórios de Identidade. Salvador, 2016.

TEIXEIRA, E. B. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, n. 2, p. 177-201, 2003.

TEIXEIRA, L.S.C. **Cooperativismo e trabalho: a experiência da cooperativa de reciclagem de lixo (COOPREC)**. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

TENÓRIO, F. G. *et al.* Gestão social e desenvolvimento local: uma perspectiva a partir da cidadania deliberativa. *In: Encontro da associação nacional de pós graduação e pesquisa (ENANPAD)*, Curitiba, 2004. Anais...CD ROM.

TURRA, F. R. *et al.* **Associações e cooperativas**. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo: Brasília, 2002

ULIANA, C.; GIMENES, R. M. T. Avaliando o Desempenho Econômico de Cooperativas Agropecuárias a partir do EVA – ECONOMIC VALUE ADDED: Resultados de uma investigação empírica. **Anais. 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade**. Gramado-RS. 2008.

UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA – UNICAFES. **Estratégias de Acesso a Mercados para Agricultura Familiar**. Fundação Banco do Brasil – FBB. Brasília, 2013.

VALADARES, J. H. **Participação e poder: o comitê educativo na cooperativa agropecuária**. Lavras, 86 f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) Universidade Federal de Lavras, 1995.

VALADARES, J.H. **A moderna administração de cooperativas**. Apostila FORMACOOOP – Mód. II – Fundação Getulio Vargas, 2003.

VASCONCELLOS, E. **Estrutura das Organizações**. São Paulo: Pioneira, 1989, 2ed.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VEIGA, S. M; FONSECA I. **Cooperativismo**: uma revolução pacífica em ação. RJ: DP&A: FASE - Série Economia Solidária, 2001.

WILKINSON, J. **Uma avaliação de programas governamentais para agricultores de baixa renda**. CEPA-Ba, 1978.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.